



CEEE
DISTRIBUIÇÃO

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO – AGO 2020
42ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

30 de abril de 2020

Horário: 09h00min

**Local: No auditório da Sede social, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na
Avenida Joaquim Porto Villanova, 201 – Prédio “A1” – 4º andar**

Senhores Acionistas,

A Administração da CEEE-D em atendimento ao disposto nos artigos 122 e 192 da Lei nº 6.404/76, e nos artigos 9º e 10º da Instrução CVM 481/09, propõe para aprovação na 42ª Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada no dia 30 de abril de 2020 os seguintes assuntos:

- 1. Tomar as Contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, com pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal e manifestação do Conselho de Administração;**
- 2. Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício;**
- 3. Eleger Conselheiros Fiscais Titulares e Suplentes;**

Informamos também que se encontram à disposição dos senhores acionistas, na sede da Companhia, os documentos a que se refere o art. 133 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e alterações posteriores, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Os acionistas cujas ações estão depositadas na [B]³ – Brasil, Bolsa, Balcão que desejarem participar da Assembleia, deverão apresentar extrato emitido até 2 (dois) dias antes da Assembleia, contendo sua posição acionária, fornecido pelo órgão custodiante.

Para participar da Assembleia Geral, os Acionistas pessoa jurídica ou fundo de investimento, deverão apresentar até a data da realização da Assembleia, cópia autenticada do estatuto, contrato social ou do regulamento, e do instrumento de eleição ou indicação do representante legal que comparecer à Assembleia ou outorgar poderes a procurador.

Os Acionistas poderão ser representados na Assembleia Geral por procuradores constituídos na forma do Artigo 126, Parágrafos 1º e 2º da Lei nº 6.404/76. Os instrumentos de mandato deverão ser depositados na sede da Sociedade, com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas da realização da Assembleia, aos cuidados de Rosângela Curtinaz Bortoluzzi, na Avenida Joaquim Porto Villanova, nº 201, Prédio A1, 7º andar, Bairro Jardim Carvalho, CEP 91410-400, Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

Nos termos do artigo 121, parágrafo único, da Lei 6.404/1976 (a “Lei das S.A.”) e da instrução CVM nº 481/2009, conforme alterada (a “ICVM” 481), os acionistas poderão participar também da Assembleia Geral mediante o preenchimento do Boletim de Voto a Distância. As orientações para sua participação nesta modalidade constam no próprio boletim que se encontra disponível no site de Relações com Investidores da Cia, em <http://ri.ceee.com.br> (no item informações financeiras, subitem assembleias), no site da Comissão de Valores Mobiliários – CVM em www.cvm.gov.br, bem como, no site da [B]³ – Brasil, Bolsa, Balcão em www.b3.com.br.

Marco da Camino Ancona Lopez Soligo

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores em exercício

1 – TOMAR AS CONTAS DOS ADMINISTRADORES, EXAMINAR, DISCUTIR E VOTAR AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019, COM PARECERES DOS AUDITORES INDEPENDENTES E DO CONSELHO FISCAL E MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.**10.1. Os diretores devem comentar sobre:**

As informações contidas neste item 10 foram extraídas das Demonstrações Contábeis da Companhia. A análise dos diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a variação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem em uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas Demonstrações Contábeis sobre a situação financeira da Companhia. Os diretores da Companhia não podem garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro. As Demonstrações Contábeis da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pela International Accounting Standards Board ("IASB"), as quais abrangem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"), além de normas complementares emitidas pela CVM.

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais:

- b. A diretoria informa que a Companhia, mesmo em um contexto financeiro, macroeconômico e político adverso vem realizando investimentos visando à ampliação da rede de atendimento de demanda e melhora nos padrões de qualidade e de eficiência operacional.
- c. No contexto setorial e macroeconômico a CEEE-D deu continuidade à política de redução dos custos operacionais gerenciáveis e vem colocando empenho no Programa de Combate às Perdas Não Técnicas.
- d. Os investimentos para melhorar a robustez de suas redes de distribuição de Baixa, Média e Alta Tensão totalizaram R\$ 149,1 milhões e incluíram construções ou isolamentos de oito Linhas de Transmissão e a expansão de 288,5 MVA, com a construção e energização de três novas subestações. Outras nove obras seguem em andamento e serão finalizadas, a sua maior parte, em 2020.
- e. Em 04 de julho de 2019, foi sancionada a Lei Estadual nº 15.298 que autoriza a desestatização da Companhia. Ato subsequente, em 16 de agosto de 2019, foi assinado contrato entre o Estado do Rio Grande do Sul e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, para estruturar o processo de desestatização da Companhia, considerando o objetivo de realização de alienação das ações da Empresa, com transferência do controle acionário, conforme especificações do Edital e de seus anexos. Em 19 de novembro de 2019, foi publicado no Diário Oficial da União o Aviso de Homologação do Pregão Eletrônico nº 40/2019 – BNDES, tendo sido adjudicado o seu objeto ao Consórcio Minuano Energia e à Ernst & Young Assessoria Empresarial Ltda.
- f. Com relação aos índices de liquidez e endividamento, a Companhia vem apresentando ao longo dos três últimos exercícios os seguintes resultados:

INDICADORES - 2019/2018/2017	2019	2018	2017
1 - Liquidez			
Liquidez Geral (AC+ANC) / (PC+PNC)	0,53	0,64	0,63
2 - Endividamento			
Grau de Endividamento (PC+PNC) / AT	188,96%	156,70%	132,46%
Endividamento Financeiro (Empréstimos+Encargos) / AT	18,91%	19,35%	15,64%
3 - Estrutura de Endividamento			
Endividamento de Curto Prazo (Empréstimos CP) / Empréstimos Total	6,92%	6,87%	6,14%
Endividamento de Longo Prazo (Empréstimos LP) / Empréstimos Total	93,08%	93,13%	93,86%
Dívida Líquida (Empréstimos e Financiamentos - Caixa e Equivalentes de Caixa)	709.394	665.320	459.062
4 - Rentabilidade			
ROE - Taxa de Retorno sobre Investimentos (LL / AT)	-26,09%	-23,85%	-2,29%
5 - Lucratividade			
Margem Líquida (LL / ROL)	-31,95%	-29,68%	-2,86%
6 - Análise Avançada			
Capital Circulante Líquido (AC - PC)	(3.160.795)	(1.872.026)	(1.012.086)
7 - Retorno sobre o Capital Investido			
EBITDA (Resultado do Serviço + Depreciação)	-420.267	-353.660	-378.128
Margem EBITDA (EBITDA / ROL)	-12,40%	-10,61%	-12,37%

b. Estrutura de capital:

Os diretores comentam que a Companhia tem sua estrutura de capital representada, em 31 de dezembro de 2019 por um endividamento no passivo de R\$7,8 bilhões, sendo 56% deste total representado por dívidas de curto prazo e 44% representado por dívidas de longo prazo. Em 31 de dezembro de 2018 por um endividamento de R\$6,5 bilhões, sendo 49% deste total representado por dívidas de curto prazo e 51% representado por dívidas de longo prazo. Em 31 de dezembro de 2016 a estrutura de capital da Companhia contemplava um endividamento de R\$ 5,0 bilhões, sendo 44% deste montante representado por dívidas de curto prazo e 56% representado por dívidas de longo prazo.

O padrão de financiamento das operações da Companhia por capital próprio e de terceiros pode ser percebido ao longo dos anos pela alavancagem medida na relação entre o endividamento e a capitalização (Patrimônio Líquido mais dívida líquida). O Patrimônio Líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 3,7 bilhões a descoberto, enquanto a dívida líquida é de R\$ 709,4 milhões. O Patrimônio Líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 2,3 bilhões a descoberto, enquanto a dívida líquida é de R\$ 665,3 milhões. Em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 1,2 bilhões a descoberto, enquanto a dívida líquida é de R\$ 459,1 milhões.

A CEEE-D tem sua estrutura de capital formada conforme quadro a seguir:

<i>(valores expressos em R\$ mil, e xceto percentuais)</i>	Capital Próprio x Capital de Terceiros					
	31/12/2019	AV %	31/12/2018	AV %	31/12/2017	AV %
<u>Capital de Terceiros</u>						
Passivo Circulante	4.446.965	107,20%	3.208.767	76,89%	2.225.886	58,24%
Passivo Não Circulante	3.391.728	81,76%	3.316.910	79,48%	2.836.627	74,22%
Total do Passivo	7.838.693	188,96%	6.525.677	156,37%	5.062.513	132,46%
<u>Capital Próprio</u>						
Patrimônio Líquido	(3.690.282)	-88,96%	(2.352.441)	-56,37%	(1.240.478)	-32,46%
Total do Patrimônio Líquido	(3.690.282)	-88,96%	(2.352.441)	-56,37%	(1.240.478)	-32,46%
Total (Cap.Próprio + Cap.Terceiros)	4.148.411	100,00%	4.173.236	100,00%	3.822.035	100,00%
<u>Endividamento</u>						
Curto Prazo	4.446.965	56,73%	3.208.767	49,17%	2.225.886	43,97%
Longo Prazo	3.391.728	43,27%	3.316.910	50,83%	2.836.627	56,03%
	7.838.693	100,00%	6.525.677	100,00%	5.062.513	100,00%

O Padrão de financiamentos das operações da Companhia por capital próprio e de terceiros pode ser percebido ao longo dos anos pela relação entre o endividamento e o patrimônio líquido, sendo de 188,96% em 2019, 156,37% em 2018 e 132,46% em 2017.

A Companhia informa que não há possibilidade de resgate de ações de emissão da Companhia, além das legalmente previstas.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

As principais necessidades de recursos da CEEE-D referem-se a (i) pagamento ou refinanciamento de dívidas, principalmente as tributárias e (ii) financiamento dos seus empreendimentos de Distribuição.

A Companhia monitora seus compromissos com base no índice de alavancagem financeira, expresso pela Dívida Líquida, o qual corresponde à diferença existente entre os empréstimos e financiamentos e os valores de caixa e equivalentes de caixa. Em 2019 os valores dos empréstimos e financiamentos superavam os valores de caixa e equivalentes de caixa em R\$709,4 milhões.

Em 2018 os valores dos empréstimos e financiamentos superavam os valores de caixa e equivalentes de caixa em R\$665,3 milhões e, no mesmo período em 2017 os valores dos empréstimos e financiamentos superavam os valores de caixa e equivalentes de caixa em R\$459,1 milhões.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas:

No decorrer dos últimos 3 (três) anos, as principais fontes de financiamento para capital de giro e investimento da CEEE-D foram: (i) empréstimos recebidos de fontes nacionais e internacionais, tais como ELETROBRAS, Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD e (ii) Mútuo financeiro entre a CEEE-D e a CEEE-GT.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

A Companhia monitora a necessidade de estruturação de operações financeiras, a fim de suprir eventual necessidade para cobertura de deficiências de Liquidez. Caso seja necessário obter recursos para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes, a CEEE-D poderá pactuar operações junto a

instituições financeiras, além daqueles já contratados junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD e ELETROBRAS.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

Os níveis de endividamento são constantemente monitorados pela Companhia e analisados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL sempre que a CEEE-D estrutura uma operação financeira, o qual para sua efetivação depende de autorização do regulador.

Em 2019 o endividamento da companhia sobre o ativo total, oriundos de empréstimos e financiamentos, atingiu o índice de 18,91% onde o saldo das dívidas nacionais e internacionais da CEEE-D totalizou R\$ 784,4 milhões, cujas características estão demonstradas no quadro a seguir:

2019

Agentes Financeiros	Indexador	Vencido	Saldo (R\$ mil)	% total	*Endividamento
Eletróbrás - RGR	RGR	2025	12.159	1,55%	
Saldo Dívida Moeda Nacional			12.159	-	0,29%
Agência Francesa de Desenv.- AFD	US\$/Libor	2036	307.820	39,24%	
Banco Interamericano de Desenv.-BID	US\$/Libor	2036	464.443	59,21%	
Saldo Dívida Moeda Externa			772.263	-	18,62%
Saldo da Dívida Total			784.422	100%	18,91%

* Índice de endividamento de empréstimos e financiamentos, calculados sobre o Ativo Total

Em 2018 o endividamento da companhia, oriundos de empréstimos e financiamentos, atingiu o índice de 19,24% onde o saldo das dívidas nacionais e internacionais da CEEE-D totalizou R\$ 802,7 milhões, cujas características estão demonstradas no quadro a seguir:

Agentes Financeiros	Indexador	Vencido	Saldo (R\$ mil)	% total	*Endividamento
Eletróbrás - RGR	RGR	2025	16.077	2,00%	
Saldo Dívida Moeda Nacional			16.077	-	0,39%
Agência Francesa de Desenv.- AFD	US\$/Libor	2036	313.321	39,03%	
Banco Interamericano de Desenv.-BID	US\$/Libor	2036	473.328	58,97%	
Saldo Dívida Moeda Externa			786.649	-	18,85%
Saldo da Dívida Total			802.726	100%	19,24%

* Índice de endividamento de empréstimos e financiamentos, calculados sobre o Ativo Total

Em 2017 o endividamento da companhia, oriundos de empréstimos e financiamentos, atingiu o índice de 15,49% onde o saldo das dívidas nacionais e internacionais da CEEE-D totalizou R\$ 592,2 milhões, cujas características estão demonstradas no quadro a seguir:

Agentes Financeiros	Indexador	Vencido	Saldo (R\$ mil)	% total	*Endividamento
Eletróbrás - RGR	RGR	2025	20.199	3,41%	
Saldo Dívida Moeda Nacional			20.199	-	0,53%
Agência Francesa de Desenv.- AFD	US\$/Libor	2036	282.107	47,64%	
Banco Interamericano de Desenv.-BID	US\$/Libor	2036	289.888	48,95%	
Saldo Dívida Moeda Externa			571.995	-	14,97%
Saldo da Dívida Total			592.194	100%	15,49%

* Índice de endividamento de empréstimos e financiamentos, calculados sobre o Ativo Total

Salienamos que no saldo da dívida total não estão contemplados os valores devidos aos consumidores pela indenização de extensão de redes.

i. Contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

Nos últimos 3 (três) exercícios, 2019, 2018 e 2017, a CEEE-D não contraiu novos financiamentos, apenas houve as liberações previstas nos contratos anteriormente firmados com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, com objetivo de financiar o Programa Pró Energia RS Distribuição (Programa de Expansão e Modernização do Sistema Elétrico da Região Metropolitana de Porto Alegre e Áreas de Abrangência do Grupo CEEE –D). O valor do financiamento concedido pelo BID é de US\$ 131 milhões.

O contrato de empréstimo nº CBR 1015 entre a CEEE-D e a Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD, no montante de US\$ 87 milhões, teve sua liberação total completada em 2017, não havendo novos recursos a ser desembolsados.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Todas as relações de longo prazo com instituições financeiras foram demonstradas nos itens anteriores.

iii. Grau de subordinação entre dívidas

A CEEE-D não possui dívidas subordinadas. Por sua vez, as dívidas garantidas pela União com contra garantia do estado do RS foram firmadas junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e a Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD que juntos perfazem o valor de US\$ 191,6 milhões em 2019, aproximadamente R\$ 772,3 milhões.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, a alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Não há restrições impostas nos contratos de financiamentos junto às instituições que limitem endividamentos ou contratação de novas dívidas à distribuição de dividendos, a alienação de ativos e à emissão de novos valores mobiliários. Como forma de monitoramento há cláusulas contratuais de Índices de Cobertura que são periodicamente medidos pelos agentes financeiros e pela Concessionária para que não haja o desenquadramento desse índice, o que pode ocasionar um evento de avaliação antecipado da dívida.

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

Atualmente em fase de utilização, a Concessionária tem contratado financiamentos abaixo descritos:

a) Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor total de US\$ 130,56 milhões, dos quais em 2018 foram liberadas as últimas parcelas no valor de US\$ 39,98 milhões, tendo sido efetuadas 100% das liberações previstas no contrato.

b) Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD, no valor total de US\$ 87,46 milhões, dos quais já foram liberados US\$ 87,46 milhões, correspondendo a 100% do contrato.

b) Eletrobras, no valor de R\$ 130,9 milhões, já liberados R\$ 56,7 milhões, correspondente a 43%. Porém, não haverá novas liberações.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

A Administração da Companhia apresenta os balanços patrimoniais e as demonstrações de resultado referentes aos exercícios sociais de 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 e comenta as principais variações.

As informações constantes nos balanços patrimoniais e demonstrações de resultado referentes aos exercícios de 2019, 2018 e 2017 foram extraídas das demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, as quais compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

	31/12/2019	ANÁLISE VERTICAL	ANÁLISE HORIZONTAL	31/12/2018	ANÁLISE VERTICAL	ANÁLISE HORIZONTAL	31/12/2017	ANÁLISE VERTICAL
ATIVO CIRCULANTE								
Caixa e Equivalentes de Caixa	75.028	2%	-45%	137.406	3%	-1%	138.713	4%
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	711.166	17%	1%	701.375	17%	27%	550.462	14%
Tributos a Recuperar	5.777	0%	-60%	14.322	0%	-54%	30.916	1%
Estoques	37.672	1%	-8%	40.891	1%	44%	28.303	1%
Ativo Financeiro Setorial	99.459	2%	-39%	161.894	4%	0%	161.526	4%
Outros Créditos a Receber.....	357.067	9%	39%	256.605	6%	-16%	303.878	8%
	1.286.169	31%	-2%	1.312.493	32%	8%	1.213.799	32%
ATIVO NÃO CIRCULANTE								
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	77.934	2%	-21%	98.767	2%	653%	13.121	0%
Tributos a Recuperar	53.617	1%	29%	41.445	1%	61%	25.701	1%
Depósitos Judiciais	73.427	2%	-2%	74.639	2%	12%	66.613	2%
Ativo Contratual (infra estrutura em construção)	353.089	9%	-27%	481.849	12%	29%	374.203	10%
Ativo Financeiro da Concessão.....	222.738	5%	0%	189.914	5%	0%	178.892	5%
Bens e Direitos Destinados à Alienação e Renda	42.457	1%	0%	42.457	1%	0%	42.457	1%
Outros Créditos a Receber	1.888	0%	0%	1.888	0%	0%	1.888	0%
Imobilizado	200.684	5%	-3%	206.776	5%	5%	197.459	5%
Direito de Uso.....	45.886	1%	100%	-	0%	0%	-	0%
Intangível	1.790.522	43%	5%	1.698.758	41%	-1%	1.707.904	45%
	2.862.242	69%	1%	2.836.494	68%	9%	2.608.238	68%
TOTAL DO ATIVO	4.148.411	100%	0%	4.148.987	100%	9%	3.822.037	100%
PASSIVO CIRCULANTE								
Fornecedores	606.297	15%	3%	587.225	14%	-3%	603.792	16%
Obrigações Trabalhistas.....	80.817	2%	19%	68.122	2%	-8%	74.318	2%
Obrigações Fiscais	2.823.944	68%	86%	1.519.808	37%	188%	528.352	14%
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações.....	54.313	1%	-2%	55.184	1%	50%	36.707	1%
Arrendamentos a Pagar.....	12.766	0%	100%	-	0%	0%	-	0%
Provisões para Benefícios a Empregados	178.756	4%	-17%	214.875	5%	-11%	241.777	6%
Obrigações da Concessão	275.902	7%	-39%	450.712	11%	1%	446.432	12%
Provisão para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	56.203	1%	-26%	76.366	2%	23%	62.176	2%
Outros Passivos	357.967	9%	69%	212.226	5%	-9%	232.331	6%
	4.446.964	107%	40%	3.184.519	77%	43%	2.225.885	58%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE								
Fornecedores.....	344.184	8%	-32%	502.704	12%	-12%	569.467	15%
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações.....	730.109	18%	-2%	747.543	18%	33%	561.068	15%
Arrendamentos a Pagar.....	33.782	1%	100%	-	0%	0%	-	0%
Provisões para Benefícios a Empregados	1.185.476	29%	22%	970.695	23%	23%	791.014	21%
Obrigações Fiscais	110.459	3%	-33%	164.821	4%	71%	96.363	3%
Provisão para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	218.961	5%	57%	139.512	3%	3%	135.959	4%
Obrigações da Concessão	324.307	8%	-7%	350.493	8%	-28%	489.495	13%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	43.548	1%	17%	37.065	1%	-58%	88.300	2%
Outros Passivos	400.901	10%	-1%	404.076	10%	285%	104.964	3%
	3.391.727	82%	2%	3.316.909	80%	17%	2.836.630	74%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
Capital Social	23.703	1%	0%	23.703	1%	0%	23.703	1%
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	177.202	4%	0%	177.202	4%	0%	84.993	2%
Reserva de Incentivos Fiscais	-	0%	-100%	1.592.060	38%	0%	1.592.060	42%
Outros Resultados Abrangentes.....	(907.573)	-22%	39%	(652.244)	-16%	49%	(437.417)	-11%
Prejuízos Acumulados	(2.983.614)	-72%	-15%	(3.493.162)	-84%	40%	(2.503.817)	-66%
	(3.690.282)	-89%	57%	(2.352.441)	-57%	90%	(1.240.478)	-32%

Analisando as principais variações em 31 de dezembro de 2019 comparadas com 31 de dezembro de 2018, os Diretores esclarecem que:

Ativo Circulante

Caixa e Equivalente de Caixa

O grupo de Caixa e Equivalente de Caixa apresentou redução de 45%, uma vez que o saldo em dezembro de 2019 era de R\$ 75 milhões ante ao saldo de R\$ 137,4 milhões em dezembro de 2018. Esta variação é justificada pelo aporte de recursos em 2018 através do Mútuo firmado com a CEEE-GT, com parcelas que ingressaram em agosto, setembro e outubro de 2018, as quais somaram o valor total de R\$

300 milhões. Também contribuiu para o incremento de caixa em 2018 o Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC, no montante de R\$ 92 milhões, realizado pela CEEE-PAR.

Tributos a Recuperar

O saldo da conta de tributos a recuperar em 31 de dezembro de 2019 e 2018, no montante de R\$ 5,8 e R\$14,3 milhões, assim respectivamente, apresentou uma redução de 60% na comparação entre os dois períodos, devido, principalmente, à utilização de créditos de impostos e contribuições federais.

Ativo Financeiro Setorial

Esta conta reduziu-se cerca de 39% em 31 de dezembro de 2019, quando apresentou o saldo de R\$ 99,5 milhões, em comparação com o exercício anterior, quando tinha o saldo de R\$ 161,9 milhões. A justificativa de tal variação se deve ao fato de que em 2018 os ajustes da CVA (Conta de Compensação e Variação da Parcela A) homologados e registrados em 2018 representaram valores mais elevados do que os registrados ao longo do ciclo de 2019, levando a maiores níveis de amortização do exercício anterior do que constituições do exercício corrente.

Outros Créditos a Receber

O valor desta rubrica apresentou elevação de 39% no exercício de 2019, apresentando o saldo de R\$ 357 milhões, o qual era de 257 milhões no exercício anterior. A principal variação deve-se ao reconhecimento dos subsídios tarifários da CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) na ordem de R\$ 283 milhões em 2019, quando em 2018 o valor foi de R\$ R\$ 141 milhões. Estes subsídios são reconhecidos em cada ciclo de reajuste/revisão tarifária para recebimento ao longo do ciclo posterior.

Ativo Não Circulante

Consumidores, Concessionários e Permissionários

O saldo da rubrica Consumidores, Concessionários e Permissionários em 2019 e 2018 é de R\$ 77,9 e R\$ 98,7 milhões, respectivamente. Esta redução de 21% foi resultante da reclassificação do AVP (Ajuste a Valor Presente), no montante de R\$ 32 milhões, do Ativo Circulante para o Não Circulante. O AVP tem o objetivo de reduzir o saldo dos parcelamentos de longo prazo firmados com os consumidores, que carregam nas parcelas os encargos financeiros pré fixados.

Tributos a Recuperar

O saldo da rubrica Tributos a Recuperar em 2019 é de R\$ 53,6 milhões, apresentando um aumento de 29% em relação ao exercício anterior, que apresentava o valor de R\$ 41,4 milhões. Este aumento refere-se aos registros de apropriação dos tributos estaduais a recuperar. Estes tributos têm expectativa de realização de até quatro anos.

Ativo Contratual (Infraestrutura em Construção)

O saldo desta conta em 2019 reduziu-se 27%, apresentando o valor de R\$ 353 milhões, quando em 2018 era de R\$ 481,8 milhões. A redução é justificada pelo elevado volume de unitizações (reclassificação do imobilizado em curso para imobilizado em serviço) em 2019, aliado aos menores níveis de investimentos neste exercício, em comparação ao ano anterior.

Direito de Uso

O saldo em 2019, R\$ 45,8 milhões, representado pela adoção inicial da norma IFRS 16 / CPC 06 (R2) – Arrendamentos vigente a partir de 2019. O princípio norteador desta nova normativa é o reconhecimento do ativo e passivo advindo do direito de uso e de controle de um bem relacionado ao contrato de arrendamento.

Passivo Circulante*Obrigações Fiscais*

O saldo da conta de obrigações fiscais em 2019 e 2018 é de R\$ 2.823 e R\$ 1.520 milhões, assim respectivamente. O aumento de 68% refere-se, principalmente, aos valores inadimplidos de ICMS ao longo do exercício de 2019, os quais somam cerca de R\$ 1.193 milhões.

Arrendamentos a Pagar

Saldo em 2019, R\$ 12,7 milhões, se refere à adoção inicial da norma contábil IFRS 16 / CPC 06 (R2) – Arrendamentos, vigente a partir de 2019. O princípio norteador desta nova normativa é o reconhecimento do ativo e passivo advindo do direito de uso e de controle de um bem relacionado ao contrato de arrendamento.

Provisões para Benefícios a Empregados

A variação ocorrida nesta rubrica se deve ao resultado de avaliação atuarial para os planos de benefícios pós emprego denominados Plano Único, CEEEPREV e Ex-Autárquicos, que para os quais o laudo atuarial produzido por empresa independente ajusta os valores a vencer no circulante e não circulante.

Em comparação com o exercício anterior, aumento de 178,7 milhões na provisão para benefícios a empregados, de 1.185,6 milhões em 2018 para 1.364,2 milhões em 2019, no ativo circulante e não circulante, é decorrente principalmente da redução nas taxas de desconto utilizadas no cálculo atuarial. Em média, frente à política de redução de juros da economia brasileira ocorrida em 2019, e que também projeta reduções para os próximos exercícios, estas taxas de desconto dos passivos dos planos foram reduzidas em cerca de 1,72%.

Obrigações da Concessão

O saldo da conta de obrigações da concessão em 2019 e 2018 é de R\$ 275,9 e R\$ 450,7 milhões, assim respectivamente. A redução de 39% refere-se, principalmente, à quitação das parcelas relativas a repactuação de dívidas de encargos intrasetoriais da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE.

Outros Passivos

Esta conta apresentou aumento de 69%, apresentando o saldo de R\$ 357,9 milhões em 2019 ante ao saldo de R\$ 212,2 milhões no exercício anterior. A principal variação deve-se ao reconhecimento dos subsídios tarifários da CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) na ordem de R\$ 283 milhões em

2019, quando em 2018 o valor reconhecido foi de R\$ R\$ 141 milhões. Estes subsídios são reconhecidos em cada ciclo de reajuste/revisão tarifária para recebimento ao longo do ciclo posterior.

Passivo não Circulante

Fornecedores

O saldo desta conta apresentou redução de 32% em 2019, com o saldo de R\$ 344,2 milhões frente ao saldo de R\$ 502,7 milhões no exercício anterior. A redução é devida pela quitação de parcelas relativas a repactuação de dívidas sobre a compra de energia Itaipu.

Arrendamentos a Pagar

O valor em 2019 de R\$ 33,7 milhões, se refere à adoção inicial da norma contábil IFRS 16 / CPC 06 (R2) – Arrendamentos, vigente a partir de 2019. O princípio norteador desta nova normativa é o reconhecimento do ativo e passivo advindo do direito de uso e de controle de um bem relacionado ao contrato de arrendamento.

Provisões para Benefícios à Empregados

A variação ocorrida nesta rubrica se deve ao resultado de avaliação atuarial para os planos de benefícios pós emprego denominados Plano Único, CEEEPREV e Ex-Autárquicos, que para os quais o laudo atuarial produzido por empresa independente ajusta os valores a vencer no circulante e não circulante.

Em comparação com o exercício anterior, aumento de 178,7 milhões na provisão para benefícios a empregados, de 1.185,6 milhões em 2018 para 1.364,2 milhões em 2019, no ativo circulante e não circulante, é decorrente principalmente da redução nas taxas de desconto utilizadas no cálculo atuarial. Em média, frente à política de redução de juros da economia brasileira ocorrida em 2019, e que também projeta reduções para os próximos exercícios, estas taxas de desconto dos passivos dos planos foram reduzidas em cerca de 1,72%.

Provisão para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias

Para esta conta ocorreu o aumento de 57% no saldo de 2019, com valor de R\$ 218,9 milhões, em comparação ao saldo do exercício anterior, que apresentava o valor de R\$ 139,5 milhões. Dois fatores são os principais causadores deste aumento, sendo eles: i) o maior quantitativo de processos registrados em 2019; e ii) o registro de complemento na provisão sobre a ação coletiva movida pelo Sindicato Senergisul.

Patrimônio Líquido a Descoberto

No exercício de 2019 o saldo apurado de patrimônio líquido a descoberto aumentou 57% em comparação ao exercício anterior, representando o montante de R\$ 3.690,3 e R\$ 2.352,4 milhões, respectivamente, de valores em excesso de passivos sobre os ativos.

Os Diretores esclarecem que as ações de reversão destes desequilíbrios estão alinhadas com o plano de desestatização oficializado pelo acionista majoritário, o Estado do Rio Grande do Sul, através da Lei Estadual nº 15.298/2019, conforme detalhado no item 10.1, subitem a.

Analisando as principais variações em 31 de dezembro de 2018 comparadas com 31 de dezembro de 2017, os Diretores esclarecem que:

Ativo Circulante

Consumidores, Concessionários e Permissionários

O saldo em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é de R\$701milhões e R\$550milhões respectivamente. Em 2018 a variação de 27% deve-se ao reajuste tarifário médio aprovado em novembro de 2017 de 30,62%.

Tributos a Recuperar

O saldo da conta de tributos a recuperar em 31 de dezembro de 2018 e 2017, no montante de R\$ 14,3 e R\$30,9, respectivamente, apresentando uma redução de 54% em relação ao exercício de 2017, devido a utilização de créditos de impostos e contribuições federais.

Estoques

O saldo da conta de estoques em 31 de dezembro de 2018 e 2017, no montante de R\$41 e R\$28,3 milhões, respectivamente, apresentando aumento de 44% em relação ao exercício de 2017, devido ao alto volume de materiais, resíduos e sucatas, destinados a alienação (R\$10milhões).

Ativo Financeiro Setorial Líquido

Os diretores da Companhia esclarecem que para o exercício de 2018 a conta de valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros atingiu o valor de R\$161,8 milhões, não apresentando variações significativas em relação ao exercício de 2017 que foi de R\$161,5 milhões.

Outros Créditos a Receber

A rubrica outros créditos encerrou os exercícios de 2018 e 2018 com o valor de R\$280,9 e R\$303,93 milhões. Os Diretores esclarecem que a redução de 8% é referente ao valor de CDE a ser repassado pela CEEE à CEEE-D no período de competência de novembro de 2018 a outubro de 2019, conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 2.484/2018.

Ativo Não Circulante

Consumidores, Concessionários e Permissionários

O saldo da rubrica Consumidores, Concessionários e Permissionários em 2018 e 2017 é de R\$98,8 e R\$13,1 milhões. Os Diretores da Companhia esclarecem que este aumento de 653% deve-se aos parcelamentos de débitos com as Prefeituras de Imbé e Tramandaí relativas as contas de iluminação pública.

Tributos a Recuperar

O saldo da rubrica Tributos a a Recuperar em 2018 e 2017 é de R\$41,4 e R\$25,7 milhões. Os Diretores comentam que o aumento de 61% refere-se a tributos estaduais a recuperar. Estes tributos tem expectativa de realização de até 4 anos.

Depósitos Judiciais

O saldo de Depósitos Judiciais em 2018 e 2017 é de R\$74,6 e R\$66,6 milhões. Os Diretores esclarecem que o aumento de 12% refere-se ao número de ingressos de depósitos judiciais serem superiores as baixas realizadas no período.

Ativo da Concessão

O saldo da conta de ativo da Concessão em 2018 e 2017 é de R\$481,4 e R\$374,2 milhões. O Diretores esclarecem que o incremento de XX% é justificado pelas novos investimentos e atualização monetária pelo IPCA.

Passivo Circulante*Fornecedores*

O saldo da conta de fornecedores em 2018 e 2017 é de R\$587,2 e R\$603,8 milhões. O Diretores esclarecem que a redução de 3% é relativa aos valores da energia de Curto Prazo e do Programa de Incentivos a Fontes Alternativas de Energia – PROINFA.

Obrigações Fiscais

O saldo da conta de obrigações fiscais em 2018 e 2017 é de R\$1.519,8 e R\$528,3 milhões. O Diretores esclarecem que o aumento de 188% refere-se, principalmente, aos valores inadimplidos de ICMS ao longo do exercício de 2018.

Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações

O saldo da conta de empréstimos, financiamentos e outras captações em 2018 e 2017 é de R\$55,1 e R\$36,7 milhões. O Diretores esclarecem que o aumento de 50% refere-se a variação cambial do período sobre os empréstimos em moeda estrangeira.

Provisão para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias

O saldo da conta de Povisão para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias em 2018 e 2017 é de R\$76,4 e R\$62,1 milhões. O Diretores esclarecem que o aumento de 23% refere-se ao ingresso de novos processos judiciais classificados com a expectativa de perda provável.

Passivo não Circulante*Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações*

O saldo da conta de empréstimos, financiamentos e outras captações em 2018 e 2017 é de R\$747,5 e R\$561,0 milhões. O Diretores esclarecem que o aumento de 33% refere-se a variação cambial do período sobre os empréstimos em moeda estrangeira.

Provisões para Benefícios à Empregados

O saldo da conta de Provisões para Benefícios à Empregados em 2018 e 2017 é de R\$970,9 e R\$791,0 milhões. O Diretores esclarecem que o aumento de 23% é relativo aos reconhecimento do Laudo Atuarial elaborado por Atuário independente, principalmente nos planos de benefício CEEEPREV (Reserva a Amortizar) e relativos ao compromisso da Companhia com empregados denominados os Ex-autárquicos.

Obrigações Fiscais

O saldo da conta de obrigações fiscais em 2018 e 2017 é de R\$164,8 e R\$96,4 milhões. O Diretores esclarecem que o aumento de 71% refere-se, principalmente, aos parcelamentos de tributos federais.

Obrigações da Concessão

O saldo da conta de obrigações da concessão em 2018 e 2017 é de R\$350,5 e R\$489,5 milhões. O Diretores esclarecem que o redução de 28% refere-se, principalmente, as parcelas transferidas para o Passivo de Curto Prazo relativas a repactuação de dívidas de encargos intrasetoriais da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE.

Outros Passivos

O saldo da conta de outros passivos em 2018 e 2017 é de R\$404,1 e R\$104,9 milhões. O Diretores esclarecem que aumento de 285% refere-se, principalmente, ao Contrato de Mútuo entre as empresas CEEE D e CEEE GT no valor de R\$300 milhões.

Patrimônio Líquido a Descoberto

No exercício de 2018 o saldo apurado de prejuízos em suas operações apresentou excesso de passivos sobre os ativos no montante de R\$2.352,4 milhões.

Os Diretores da Companhia comentam que para enfrentar tal resultado foi instituído o Programa de Ajuste Estrutural (PAE), visando à reestruturação de dívidas, parcelamento de impostos e encargos setoriais, elevação das receitas e redução dos custos e despesas operacionais.

Os Diretores esclarecem que os resultados desta política buscam elevar a geração de caixa de forma a equalizar aos ativos e os passivos.

As principais variações na receita, nos custos, despesas e resultado financeiro entre os exercícios de 2019 e 2018 estão apresentadas abaixo:

	31/12/2019	ANÁLISE VERTICAL	ANÁLISE HORIZONTAL	31/12/2018	ANÁLISE VERTICAL	ANÁLISE HORIZONTAL	31/12/2017	ANÁLISE VERTICAL
RECEITA OPERACIONAL	5.952.859	76%	0,91%	5.899.209	77%	14%	5.180.194	69%
Fornecimento de Energia Elétrica	4.983.946	47%	0%	4.966.464	49%	12%	4.422.880	45%
Suprimento de Energia Elétrica	21.971	-99%	-54%	47.866	-99%	100%	347.762	-89%
Disponibilização do Sistema de Distribuição	247.796	-93%	15%	214.966	-94%	47%	146.306	-95%
Energia Elétrica de Curto Prazo	324.587	-90%	72%	188.869	-94%	90950%	207	-100%
Receita de Construção	141.024	-96%	-33%	208.993	-94%	76%	118.575	-96%
Remuneração do Ativo Financeiro	6.469	-100%	-11%	7.267	-100%	61%	4.524	-100%
Outras Receitas Operacionais	227.066	-93%	-14%	264.784	-92%	89%	139.940	-95%
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	(2.564.708)	-176%	-0,03%	(2.565.381)	-177%	21%	(2.123.281)	-169%
ICMS	(1.455.301)	-143%	5%	(1.382.214)	-141%	29%	(1.070.962)	-135%
PASEP e COFINS	(539.155)	-116%	4%	(516.636)	-115%	13%	(459.129)	-115%
Outros Encargos	(10.248)	-100%	-44%	(18.307)	-101%	-79%	(86.570)	-103%
Encargos do Consumidor - P&D / MME / FNDCT / PEE	(32.646)	-101%	4%	(31.387)	-101%	5%	(29.966)	-101%
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(524.235)	-115%	-15%	(613.779)	-118%	30%	(473.581)	-115%
Taxa de Fiscalização dos Serviços Energia Elétrica - TFSE ...	(3.124)	-100%	2%	(3.057)	-100%	-1%	(3.074)	-100%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	3.388.151	0%	2%	3.333.827	0%	9%	3.056.913	0%
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	(3.516.480)	-204%	0%	(3.501.159)	-205%	11%	(3.145.946)	-203%
Custo com Energia Elétrica	(2.662.678)	-179%	1,10%	(2.633.661)	-179%	10%	(2.394.001)	-178%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(2.270.738)	-167%	4%	(2.189.051)	-166%	2%	(2.151.176)	-170%
Encargo de Uso do Sistema	(391.940)	-112%	-12%	(444.610)	-113%	83%	(242.825)	-108%
Custo de Operação	(853.803)	-125%	-1,58%	(867.498)	-126%	15%	(751.945)	-125%
Pessoal e Administradores	(426.119)	-113%	1%	(423.563)	-113%	11%	(380.917)	-112%
Material	(25.323)	-101%	22%	(20.800)	-101%	79%	(11.600)	-100%
Serviço de Terceiros	(126.223)	-104%	63%	(77.567)	-102%	-20%	(97.383)	-103%
Depreciação e Amortização	(3.442)	-100%	120%	(1.564)	-100%	-57%	(3.680)	-100%
Depreciação do Ativo de Direito de Uso	(12.110)	-100%	100%	-	-100%	0%	-	-100%
Custo de Construção	(141.024)	-104%	-33%	(208.993)	-106%	76%	(118.575)	-104%
Amortização do Intangível da Concessão	(95.709)	-103%	3%	(92.953)	-103%	-5%	(98.298)	-103%
Outros	(23.853)	-101%	-43%	(42.058)	-101%	1%	(41.491)	-101%
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	(128.331)	-104%	-23%	(167.332)	-105%	88%	(89.033)	-103%
Despesas Operacionais	(429.469)	-113%	41%	(304.811)	-109%	21%	(251.347)	-108%
Despesas com Vendas	(140.331)	-104%	23%	(114.511)	-103%	33%	(86.318)	-103%
Despesas Gerais e Administrativas	(143.040)	-104%	20%	(119.259)	-104%	15%	(103.407)	-103%
Outras Despesas Operacionais	(146.098)	-104%	106%	(71.041)	-102%	15%	(61.622)	-102%
Outras Receitas	52.594	-98%	2%	51.644	-98%	-84%	333.038	-89%
Outras Despesas	(52.345)	-102%	42%	(36.827)	-101%	17%	(31.450)	-101%
RESULTADO DO SERVIÇO	(557.551)	-116%	22%	(457.326)	-114%	1079%	(38.793)	-101%
Receita/Despesa Financeira	(518.478)	-115%	-11%	(583.254)	-117%	98%	(295.203)	-110%
Renda de Aplicações Financeiras	6.083	-100%	-2%	6.176	-100%	40%	4.401	-100%
Acréscimo Moratório - Energia Vendida	112.984	-97%	-21%	143.451	-96%	141%	59.480	-98%
Variações Monetárias - Energia Comprada	2.617	-100%	18%	2.220	-100%	-129%	(7.679)	-100%
Variações Monetárias - Empréstimos e Financiamentos	(59.164)	-102%	-78%	(267.241)	-108%	1008%	(24.123)	-101%
Encargos de Dívidas	(51.734)	-102%	24%	(41.830)	-101%	-15%	(49.102)	-102%
Encargos Sobre Arrendamentos	(4.641)	-100%	100%	-	-100%	0%	-	-100%
Outras Receitas/Despesas Financeiras	(524.623)	-115%	23%	(426.030)	-113%	53%	(278.181)	-109%
LUCRO ANTES DO IR E CS	(1.076.029)	-132%	3%	(1.040.580)	-131%	212%	(333.997)	-111%
Imposto de Renda Diferido	(4.767)	-100%	-113%	37.673	-99%	-79%	181.227	-94%
Contribuição Social Diferida	(1.716)	-100%	-113%	13.562	-100%	-79%	65.241	-98%
PREJUÍZO DO PERÍODO	(1.082.512)	-132%	9%	(989.345)	-130%	1030%	(87.529)	-103%
Prejuízo Básico e Diluído por Ação - R\$	(111,82)			(102,20)			(54,46)	
Prejuízo Diluído por Ação - R\$	(111,82)			(102,20)			(54,46)	

A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D registrou prejuízo de R\$1.082 bilhão no encerramento do exercício de 2019, representando um aumento de 132% ante o prejuízo de R\$989.345 milhões no mesmo período de 2018. O resultado do exercício de 2018 apresentou variação negativa elevada em relação ao exercício de 2017 devido aos efeitos dos eventos não recorrentes ocorridos em 2017, sendo eles: o registro do Termo de Dação do imóvel em pagamento à quitação parcial do Contrato de Mútuo celebrado com a CEEDE-GT no montante de R\$284 milhões e o reconhecimento do benefício fiscal oriundo da adesão aos parcelamentos federais PRT e PERT no montante de R\$322 milhões impulsionaram o resultado de 2017.

Receita Operacional

A receita operacional bruta é o valor faturado pela empresa em suas operações. A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D registrou no exercício de 2019 um aumento de 1%, apresentando um montante de R\$ 5.952,859 milhões ante um total de R\$ 5.899,209 milhões em 2018.

As principais rubricas que impactaram neste resultado estão descritas a seguir.

No Fornecimento de Energia Elétrica a variação foi irrelevante na comparação entre os exercícios 2018 e 2019. Ocorreu um incremento de 7,35% por conta do reajuste tarifário para o ciclo 2018/2019, entretanto, houve a redução no consumo em 2019 devido ao desaquecimento da economia.

Na rubrica de Disponibilização do Sistema de Distribuição ocorreu a variação positiva de 15,27% devido ao reajuste tarifário do ciclo 2018/2019 e pelo incremento no ambiente de mercado livre em 5,11%, impulsionado pelos consumidores da classe comercial.

Sobre a Energia Elétrica de Curto Prazo, houve incremento de 71,86% em comparação ao exercício de 2018, isso em consequência do maior volume de sobras de energia liquidadas no mercado de curto prazo e diferenças de PLD entre os submercados (o preço do submercado sul, entre janeiro a setembro de 2019, foi superior aos preços dos submercados norte e nordeste no mesmo período).

Em sentido contrário, houve a redução da Receita de Construção 76,25%, representada pelo saldo de R\$ 141 milhões em 2019 e R\$ 209 milhões em 2018. Esta redução é resultante dos níveis mais baixos de investimentos ao longo de 2019.

As Deduções da Receita Operacional são os valores descontados diretamente do faturamento, tais como os impostos sobre vendas e os encargos intrasetoriais. As deduções da receita operacional aumentaram em 0,03%, passando de R\$ 2.565,3 milhões em 2018 para R\$ 2.564,7 milhões em 2019. Esta variação decorre do aumento dos impostos diretos incidentes sobre a Receita, ICMS, PIS e COFINS na proporção do aumento de faturamento, porém, houve redução da quota CDE (Conta de Desenvolvimento Energético), que em 2019 apresentava o saldo de R\$ 524,2 milhões ante ao valor de R\$ 613,8 milhões em 2018.

A receita operacional líquida representa a diferença entre a receita bruta e as deduções. A receita líquida em 2019 foi de R\$ 3.388,2 milhões ante ao valor de R\$3.333,8 milhões em 2018 refletindo um acréscimo de 2%.

Custo com Energia Elétrica

No Custo com Energia Elétrica, a conta de compra de energia apresentou aumento de 4% em relação ao ano anterior, passando de R\$ 2.189,0 milhões em 2018 para R\$ 2.270,7 milhões em 2019. Os principais fatores que ocasionaram este incremento foi o aumento na energia comprada de fonte hídrica em 7,29%, comparados ao exercício anterior. Este fato é explicado pelo acréscimo no preço da energia hídrica de cotas, em decorrência do reajuste das geradoras e pela despesa com energia de Itaipu, a qual está exposta à variação cambial.

Custo de Operação

Em relação aos Custos de Operação, verifica-se redução de 1,58% quando comparados ao exercício de 2018, representados por R\$ 867,5 milhões em 2018 e R\$ 853,8 milhões em 2019.

Merecem destaque nesta variação a conta de serviços de terceiros que aumento cerca de 63%, com saldo de R\$ 77,6 milhões em 2018 e R\$ 126,2 milhões em 2019. Este aumento é devido pelo aumento nos serviços de leitura e medição (R\$ 1 milhão); poda e desmatamento (R\$ 4 milhões); manutenção de software (R\$ 5 milhões); serviços de *call center* (R\$ 4,9 milhões); e pela reclassificação de custos apropriados nas ordens de investimentos, que, no momento da unitização, foram realocados para as contas de custeio, uma vez que não puderam ser mantidos no investimento segundo as diretrizes do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico.

Destaca-se também a redução do custo de construção em 2019 em R\$ 67,9 milhões, quando em 2018 apresentou o saldo de R\$ 141,1 milhões ante ao saldo de R\$ 208,9 milhões em 2018. A variação negativa de 33% foi ocasionada pelo menor nível de investimentos em 2019, uma vez que foram concluídos os últimos projetos que tinham recursos dos programas de financiamentos mantidos com as instituições financeiras BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e AFD (Agência Francesa de Desenvolvimento).

Nas contas de depreciação e amortização ocorreu o aumento de despesa na ordem de R\$ 16,7 milhões. Em 2019 o saldo é de R\$ 111,3 milhões ante ao valor de R\$ 94,5 milhões do exercício anterior. Esta elevação de 18% se deve ao reconhecimento inicial da norma contábil IFRS 16 / CPC 06 (R2) – Arrendamentos que registrou em 2019 a despesa de depreciação do ativo de direito de uso no montante de R\$ 12,1 milhões.

Despesas Operacionais

As Despesas Operacionais apresentaram acréscimo de 40,90% em relação ao exercício de 2018, quando naquele exercício apresentava o saldo de R\$ 304,8 milhões e em 2019 fechou com o saldo de R\$ 429,5 milhões. Esta variação é justificada essencialmente pelo incremento de 281,26% na Provisão para Litígios Trabalhistas, impactada pelo reconhecimento do complemento da ação movida pelo Sindicato SENERGISUL, que reclama verbas atrasadas originadas do Plano de Cargos e Salários – PCS, e também pelo acréscimo do número de processos trabalhistas em relação a 2018.

Também contribuiu para a elevação das despesas operacionais o aumento da conta de Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa em R\$ 23,3 milhões em decorrência, principalmente, à reversão de perda no exercício de 2018, em cerca de R\$ 16 milhões, relacionada às renegociações de dívidas de iluminação pública com duas prefeituras.

Resultado Financeiro

No resultado financeiro líquido, o saldo negativo de 2018 no montante de R\$ 583,2 milhões foi reduzido em 11%, passando para o saldo negativo de R\$ 518,5 em 2019. Destaca-se como fator impactante nesta variação os menores níveis de perdas cambiais em 2019, quando as despesas de variação cambial sobre empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e sobre a compra de energia Itaipu fecharam com R\$ 53,9 milhões ante ao valor de R\$ 258,1 milhões em 2018, significando uma redução de 79,2% na comparação entre os dois exercícios.

Por outro lado, há de se destacar os juros e multas apropriados sobre a inadimplência do tributo estadual ICMS e dos tributos federais PIS e COFINS, os quais totalizaram em 2019 o valor de R\$ 379,2 milhões ante ao valor de R\$ 304,4 milhões apropriados no exercício anterior.

As principais variações na receita, nos custos, despesas e resultado financeiro entre os exercícios de 2018 e 2017 estão apresentadas abaixo:

A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE D registrou prejuízo de R\$(989,3) milhões no encerramento do exercício de 2018, representando um aumento de 1.030,31% ante o prejuízo de R\$(87,5) milhões no mesmo período de 2017. O resultado de 2018 apresentou variação negativa em relação ao exercício anterior devido aos efeitos dos eventos não recorrentes ocorridos no ano anterior. O registro do Termo de Dação do imóvel em pagamento à quitação parcial do Contrato de Mútuo celebrado com a CEEE GT no montante de R\$284 milhões e o reconhecimento do benefício fiscal oriundo da adesão aos parcelamentos federais PRT e PERT no montante de R\$322 milhões impulsionaram o resultado de 2017.

A receita operacional bruta é valor faturado pela empresa em suas operações. A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D registrou no exercício de 2018 um aumento de 13,88%, apresentando um montante de R\$5.899,2 milhões ante um total de R\$5.180,2 milhões em 2017.

As receitas de fornecimento de Energia Elétrica e disponibilização sistema de distribuição apresentaram crescimentos importantes em relação ao exercício de 2017, esta variação positiva é reflexo do reajuste tarifário homologado em novembro de 2017 de 30,62%.

A Receita de Construção aumentou em 76,25% se comparada ao exercício de 2017, passando de R\$118,6 para R\$208,9 milhões em 2018. Este acréscimo é consequência dos investimentos realizados na planta elétrica da CEEE D.

As Deduções da Receita Operacional são os valores descontados diretamente do faturamento, tais como os impostos sobre vendas e os encargos intrasetoriais. As deduções da receita operacional aumentaram em 20,82%, passando de R\$2.123,3 milhões em 2017 para R\$2.565,4 milhões em 2018. Esta variação decorre do aumento dos impostos diretos incidentes sobre a Receita, ICMS, PIS e COFINS, bem como pelo incremento da quota da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE no montante de R\$ 140,2 milhões.

A receita operacional líquida representa a diferença entre a receita bruta e as deduções. A receita líquida de 2018 foi de R\$3.333,8 e em 2017 foi de R\$3.056,9 já no exercício de 2016 foi de R\$2.764,2 milhões refletindo um acréscimo de 9,06% em relação a 2017 e na ordem de 10,59% se comparado ao exercício de 2016.

O Custo do Serviço de Energia Elétrica compreende os custos necessários para a realização dos objetivos da atividade da empresa, inclui todos os gastos incorridos diretamente na produção e na prestação de serviços e se divide em Custo com Energia Elétrica e Custo de Operação.

Custo com Energia Elétrica: No exercício de 2018 o custo com Energia Elétrica (energia comprada e encargos de uso do sistema) apresentou acréscimo de 11,29% em relação a 2017, passando de R\$ 3.145,946 milhões para R\$ 3.501,159 milhões em 2018. O principal fator que impactou para este aumento foi o acréscimo nos encargos do uso do sistema de transmissão, em decorrência do reajuste das transmissoras.

Com relação ao custo de operação verifica-se um acréscimo de 15,37% quando comparados ao exercício anterior. Este aumento refere-se, principalmente no Custo de Pessoal, reflexo da homologação dos acordos coletivos relativos a 2017 e 2018, trazendo reajustes de 4,69% e 1,81%, respectivamente.

O custo de Construção aumentou 76,25% se comparado com o exercício de 2017. Este aumento está relacionado aos investimentos realizados pela Distribuidora na sua planta elétrica. Salientamos que não há margem de ganho na construção destes ativos.

As despesas operacionais apresentaram uma variação de 21,27% em relação ao exercício de 2017. Esta variação é percebida no incremento da provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, esta impactada pelo reconhecimento de perdas nas classes de Poder Público e Residencial.

As despesas com Provisões para Contingências Trabalhistas apresentaram um acréscimo de 29,38% em relação ao exercício de 2017. Este aumento deve-se ao número de processos trabalhistas com classificação de perda provável que ingressaram no período, bem como os valores envolvidos nestas causas.

No ano de 2018 a rubrica Outras Receitas Operacionais apresentou variação negativa de 84,49%. Esta redução é reflexo do registro do em 2017 do Termo de Dação em Pagamento e Quitação parcial do Contrato de Mútuo da Companhia. Para quitação parcial do mútuo foi realizada a transferência de propriedade da fração ideal de 73,45% do imóvel onde está localizado o Centro Administrativo Engenheiro Noé de Melo Freitas – CAENMF, pertencente à CEEE D. Foi contratada um empresa especializada para realização do laudo de avaliação do imóvel, considerando o valor de mercado, ocorrendo um ganho na alienação do bem.

O Resultado Financeiro Líquido apresentou um aumento no seu saldo negativo em 98%, equivalente ao saldo negativo de 295,2 milhões em 2017 e R\$ 583,3 milhões de resultado negativo 2017. Destaca-se nesta variação os efeitos das variações cambiais sobre as dívidas em moeda estrangeira.

LAJIDA/EBITDA

Demonstrativo do Cálculo do EBITDA	2019	2018	2017	Variação % 2019/2018	Variação % 2018/2017
Receita Operacional Líquida - ROL	3.388.151	3.333.827	3.056.913	1,63%	9,06
(-) Custo do Serviço de Energia Elétrica	(3.516.481)	(3.501.159)	(3.145.947)	0,44%	11,29
(-) Despesas Operacionais	(429.220)	(289.995)	(251.347)	48,01%	15,38
Resultado do Serviço - EBIT	(557.550)	(457.327)	(340.382)	21,91%	34,36
(+) Depreciação e Amortização	137.283	103.667	111.571	32,43%	-7,08
EBITDA	(420.267)	(353.660)	(378.128)	18,83%	-6,47
Margem EBITDA	-12,40%	-10,61%	-12,37%	-1,80%	1,76

O LAJIDA, usualmente denominado pelo mercado como EBTIDA representa o quanto a empresa gera de recursos considerando apenas as suas atividades operacionais, isto é, o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização.

O EBITDA foi apurado pela Companhia observando as disposições da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012.

Analisando os efeitos ocorridos no resultado da CEEE-D comentados anteriormente, verifica-se que o EBITDA apresentou variação de 18,83%, passando do valor negativo de R\$ 353,7 milhões em 2018 para o valor negativo de R\$ 420,3 milhões em 2019.

Em 2018, o EBITDA teve uma variação -6,47%, passando de um valor negativo de R\$ 378,1 milhões em 2017 para o valor negativo de R\$ 353,6 milhões em 2018.

A margem do EBITDA variou de forma negativa em 1,80% se comparado o exercício de 2019 com o exercício de 2018.

Já para o exercício de 2018, em comparação a 2017, a margem EBITDA variou positivamente em 1,76%.

Todas as demais informações estão apresentadas em notas explicativas das Demonstrações Financeiras encerradas em 31/12/2019, 31/12/2018 e 31/12/2017.

Informações e Indicadores Econômicos - Financeiros	2019	2018	2017	Variação % 2018/2017	Variação % 2017/2016
Informações Financeiras					
Ativo Total	4.148.411	4.148.987	3.822.037	-0,01%	8,55%
Passivo	7.838.691	6.501.428	5.062.515	20,57%	28,42%
Patrimônio Líquido	(3.690.282)	(2.352.441)	(1.240.478)	56,87%	89,64%
Receita Operacional Líquida	3.388.151	3.333.827	3.056.913	1,63%	9,06%
Resultado do Serviço (EBIT)	(557.551)	(457.326)	(38.793)	21,92%	1078,87%
Prejuízo do Exercício	(1.082.512)	(989.345)	(87.529)	9,42%	1030,30%
EBITDA (1)	(420.267)	(353.660)	(378.128)	18,83%	-6,47%
PMS (2)	(564.508)	(494.242)	(450.600)	14,22%	9,69%
Indicadores Financeiros					
Dívida Total (3)	784.422	802.726	597.775	-2,28%	34,29%
ROCE (4) (%)	118,37%	117,53%	117,20%	0,72%	0,28%
Dívida Bruta/EBITDA	(1,87)	(2,27)	(1,58)	-17,77%	43,58%
Participação Capital de Terceiros sobre Ativo Total (5) (%)	188,96%	156,70%	132,46%	20,59%	18,30%
Margem Operacional (6) (%)	-31,76%	-29,68%	-10,93%	7,02%	171,61%
Margem Líquida (7) (%)	-31,95%	-29,68%	-2,86%	7,66%	936,42%
Dívida Líquida (8)	709.394	665.320	459.062	6,62%	44,93%
PMS / ROL (%)	-16,66%	-14,83%	-14,74%	12,39%	-0,08%
Cotação Unitária da Ação - ON (R\$ por lote mil)	(111,82)	(102,20)	(54,46)	-	-
Cotação Unitária da Ação - PNA (R\$ por lote mil)	(111,82)	(102,20)	(54,46)	-	-

(1) EBITDA = Resultado do Serviço menos depreciação e amortização.

(2) PMS = Pessoal Material e Serviços (excluídos efeitos CPC 33(R1))

(3) Dívida Total = Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações

(4) ROCE - Retorno sobre o Capital Empregado = Receita Operacional Líquida/Ativo Não Circulante)x100

(5) Participação Capital de Terceiros sobre Ativo Total = Passivo Circulante +Passivo Não Circulante/Ativo Total x 100

(6) Margem Operacional = Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social/Receita Operacional Líquida x 100

(7) Margem Líquida = Lucro(Prejuízo) do Exercício/Receita Operacional Líquida

(8) Dívida Líquida = Empréstimos e Financiamentos - Disponibilidades

10.2. Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor

O ano de 2019 apresentou um incremento de 1,37% no quantitativo de unidades consumidoras em relação a 2018, equivalente a 23.525 novos clientes, sendo 17.792 da classe residencial. Entretanto, ocorreram migrações de 73 unidades consumidoras para o ambiente de mercado livre, sendo 21 industriais, 50 comerciais e 2 rurais.

A despeito desse aumento do número de consumidores, a distribuição de energia elétrica da CEEE-D finalizou 2019 com variação de -2,3% em relação a 2018, finalizando o ano com a distribuição de 7.990 GWh contra 8.179 GWh verificado no período anterior.

O mercado cativo da distribuidora reduziu-se em 3,8% em relação ao mercado verificado em 2018, encerrando 2019 com a distribuição de 6.566 GWh ao seu mercado cativo, contra 6.825 GWh realizada em 2018.

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

O mercado cativo da distribuidora reduziu-se em 3,8% em relação ao mercado verificado em 2018, encerrando 2019 com a distribuição de 6.566 GWh ao seu mercado cativo, contra 6.825 GWh realizada em 2018.

O consumo residencial em 2019 apresentou crescimento no faturamento de 0,8% em relação a 2018. A participação dessa classe no consumo cativo é aproximadamente 46%.

A classe industrial permanece apresentando retração no consumo cativo da companhia. Com participação de 7% em 2019, seu consumo foi reduzido em cerca de 16,8% em relação a 2018. Tal queda é explicada em parte pela migração de 21 consumidores para o mercado livre.

O consumo comercial cativo, que representa 26% do mercado cativo total, reduziu 5,2% comparativamente 2018. Nesse período 50 consumidores migraram do mercado cativo para o mercado livre.

A classe rural, que representa 8% do consumo cativo, apresentou redução de 14,5% no consumo anual. Nesse período 2 consumidores migraram do mercado cativo para o mercado livre.

As demais classes, que juntas representam 13% do consumo cativo da companhia, apresentaram retração de -0,86%.

As receitas operacionais estão assim registradas nos exercícios findos em 31/12/2019, 31/12/2018 e 31/12/2017.

Em milhares de R\$

Receitas	2019	%	2018	%	2017
Fornecimento de Energia	4.983.946	0%	4.966.464	12%	4.422.880
Disponibilização do Sistema de Distribuição	247.796	15%	214.966	47%	146.306
Outras Receitas Operacionais	721.116	0%	717.779	17%	611.008
Deduções da Receita Operacional	(2.564.708)	0%	(2.565.381)	21%	(2.123.281)
Receita Operacional Líquida	3.388.151	1,63%	3.333.827	9,06%	3.056.913

A receita de fornecimento, considerando apenas as vendas de energia ao mercado cativo, foi de R\$ 4.883,4 milhões em 2017 e R\$3.902,5 milhões no exercício anterior. O quadro abaixo detalha a receita do Fornecimento por classe de consumo.

Em milhares de R\$

Receita Fornecimento de Energia Elétrica			
	2019	2018	2017
Residencial	2.498.997	2.341.225	1.870.434
Industrial	323.840	367.198	304.888
Comercial	1.474.265	1.453.926	1.160.819
Rural	255.323	265.180	197.325
Outras Classes	228.293	211.993	369.040
Total	4.780.718	4.639.522	3.902.505

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

	2019	2018	2017	Variação % 2019/2018	Variação % 2018/2017
Receita Operacional Bruta	5.952.859	5.899.209	5.180.194	0,91%	13,88
Deduções da Receita Operacional	(2.564.708)	(2.565.381)	(2.123.281)	-0,03%	20,82
Receita Operacional Líquida	3.388.151	3.333.827	3.056.913	1,63%	9,06
Custo do Serviço de Energia Elétrica	(3.516.480)	(3.501.159)	(3.145.946)	0,44%	11,29
Custo com Energia Elétrica	(2.662.678)	(2.633.661)	(2.394.001)	1,10%	10,01
Custo de Operação	(853.803)	(867.498)	(751.945)	-1,58%	15,37
Lucro Operacional Bruto	(128.331)	(167.332)	(89.033)	-23,31%	87,94
Despesas Operacionais	(429.469)	(304.811)	(251.347)	40,90%	21,27
Pessoal	(83.298)	(86.107)	(79.035)	-3,26%	8,95
Material	(2.379)	(238)	(1.600)	899,58%	-85,13
Serviços	(29.735)	(22.670)	(37.941)	31,16%	-40,25
Outros	(314.057)	(195.796)	(132.771)	60,40%	47,47
Outras Receitas	52.594	51.644	333.038	1,84%	-84,49
Outras Despesas	(52.345)	(36.827)	(31.450)	42,14%	17,10
Resultado do Serviço	(557.552)	(457.326)	(38.793)	21,92%	1078,87
Depreciação e Amortização	(137.283)	(103.667)	(111.571)	32,43%	-7,08
EBITDA	(420.267)	(353.660)	(378.128)	18,83%	-6,47
Margem EBITDA	-12,40%	-10,61%	-12,37%	-1,80%	-14,24
Receita/Despesa Financeira	(518.478)	(583.254)	-295.203	-11,11%	97,58
Imposto de Renda e Contribuição Social	(6.483)	51.236	246.468	-112,65%	-79,21
Resultado Líquido do Exercício	(1.082.512)	(989.345)	(87.529)	9,42%	1030,31

Resultado Operacional

A Diretoria acredita que os resultados operacionais da Companhia foram afetados de maneira significativa pelos seguintes fatores:

Leve aumento na receita operacional bruta de 1% em 2019, apresentando um montante de R\$ 5.952,859 milhões ante um total de R\$ 5.899,209 milhões em 2018. Ocorreu um incremento de 7,35% por conta do reajuste tarifário para o ciclo 2018/2019, entretanto, ocorreu redução no consumo em 2019 devido ao desaquecimento da economia.

Aumento de 15,72% na rubrica de Disponibilização do Sistema de Distribuição devido ao reajuste tarifário do ciclo 2018/2019 e pelo incremento no ambiente de mercado livre em 5,11%, impulsionado pelos consumidores da classe comercial.

Na rubrica de Energia Elétrica de Curto Prazo, houve incremento de 71,86% em comparação ao exercício de 2018, isso em consequência do maior volume de sobras de energia liquidadas no mercado de curto prazo.

Em sentido contrário, houve a redução da Receita de Construção 76,25%, representada pelo saldo de R\$ 141 milhões em 2019 e R\$ 209 milhões em 2018. Esta redução é resultante dos níveis mais baixos de investimentos ao longo de 2019.

As Deduções da Receita Operacional são os valores descontados diretamente do faturamento, tais como os impostos sobre vendas e os encargos intrassetoriais. O principal destaque foi a redução da quota CDE (Conta de Desenvolvimento Energético), que em 2019 apresentava o saldo de R\$ 524,2 milhões ante ao valor de R\$ 613,8 milhões em 2018.

No Custo com Energia Elétrica, a conta de compra de energia apresentou leve aumento de 4% em relação ao ano anterior, passando de R\$ 2.189,051 milhões em 2018 para R\$ 2.270,738 milhões em 2019. Os principais fatores que ocasionaram este incremento foi o aumento de preço na energia de fontes hídricas em 7,29%. Este fato é explicado pelo acréscimo no preço da energia hídrica de cotas, em decorrência do reajuste das geradoras e pela despesa com energia de Itaipu, a qual está exposta a variação cambial.

No custo de operação, merecem destaque nesta variação a conta de serviços de terceiros que aumento cerca de 63%, com saldo de R\$ 77,6 milhões em 2018 e R\$ 126,2 milhões em 2019. Este aumento é devido pelo aumento nos serviços de leitura e medição (R\$ 1 milhão); poda e desmatamento (R\$ 4 milhões); manutenção de software (R\$ 5 milhões); serviços de *call center* (R\$ 4,9 milhões); e pela reclassificação de custos apropriados nas ordens de investimentos os quais, no momento da unitização, foram realocados para as contas de custeio, uma vez que não puderam ser mantidos no investimento segundo as diretrizes do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico.

Destaca-se também a redução do custo de construção em 2019 em R\$ 67,9 milhões, ocasionada pelo menor nível de investimentos em 2019.

Nas contas de depreciação e amortização ocorreu o aumento de despesa na ordem de R\$ 16,7 milhões. Em 2019 o saldo é de R\$ 111,3 milhões ante ao valor de R\$ 94,5 milhões do exercício anterior. Esta elevação de 18% se deve ao reconhecimento inicial da norma contábil IFRS 16 / CPC 06 (R2) – Arrendamentos que registrou em 2019 a despesa de depreciação do ativo de direito de uso no montante de R\$ 12,1 milhões.

As Despesas Operacionais apresentaram acréscimo de 40,90% em relação ao exercício de 2018, quando naquele exercício apresentava o saldo de R\$ 304,8 milhões e em 2019 fechou com o saldo de R\$ 429,5 milhões. Esta variação é justificada essencialmente pelo incremento de 281,26% na Provisão para Litígios Trabalhistas, impactada pelo reconhecimento do complemento da ação movida pelo Sindicato SENERGISUL, que reclama verbas atrasadas originadas do Plano de Cargos e Salários – PCS, e também pelo acréscimo do número de processos trabalhistas em relação a 2018.

Também contribuiu para a elevação das despesas operacionais o aumento da conta de Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa em R\$ 23,3 milhões devido, principalmente, à reversão de perda no exercício de 2018, em cerca de R\$ 16 milhões, relacionada às renegociações de dívidas de iluminação pública com duas prefeituras.

No resultado financeiro líquido, o saldo negativo de 2018 no montante de R\$ 583,2 milhões foi reduzido em 11%, passando para o saldo negativo de R\$ 518,5 em 2019. Destaca-se como fator impactante nesta variação os menores níveis de perdas cambiais em 2019, quando as despesas de variação cambial sobre empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e sobre a compra de energia Itaipu fecharam com R\$ 53,9 milhões ante ao valor de R\$ 258,1 milhões em 2018, significando uma redução de 79,2% na comparação entre os dois exercícios.

Por outro lado, há de se destacar os juros e multas apropriados sobre a inadimplência do tributo estadual ICMS e dos tributos federais PIS e COFINS, os quais totalizaram em 2019 o valor de R\$ 379,2 milhões ante ao valor de R\$ 304,4 milhões apropriados no exercício anterior.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Não se aplica a Companhia.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D adquiriu energia em moeda estrangeira, em US\$, através das cotas de Itaipu e o respectivo impacto no resultado financeiro está representado como segue:

Variação Cambial Energia Comprada			
Descrição / Valores	2019	2018	2016
Receita Financeira	5.182	9.196	17.607
Despesas Financeira	(10.380)	-	(25.286)
Total	(5.198)	9.196	(7.679)

O dólar de início do exercício de 2019 era de R\$ 3,87, finalizando o exercício na cotação de R\$ 4,02, provocando uma variação de 4% para cada 1 dólar de dívida da Companhia. Em 2018, o dólar iniciou o exercício com o câmbio de R\$ 3,30, finalizando o exercício com o câmbio de R\$ 3,87, com uma variação de 17% no exercício. Desta forma, o reflexo da variação cambial ao longo do exercício de 2019 foi menos impactante no resultado da Companhia do que no exercício anterior, conforme demonstra o quadro seguinte:

Variação Cambial Empréstimos e Financiamentos			
Descrição / Valores	2019	2018	2017
Receita Financeira	258.465	205.612	195.259
Despesas Financeira	(307.248)	(472.852)	(219.382)
Total	(48.783)	(267.241)	(24.123)

No exercício de 2018 foi reconhecido como despesa financeira de variação monetária e cambial sobre empréstimos e financiamentos o montante de R\$ 267,2 milhões. Em 2019 esta despesa foi reconhecida pelo montante de R\$ 48,8 milhões, significando uma redução de 82% na despesa no exercício de 2019 em comparação ao exercício anterior.

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:
a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve.

c. eventos ou operações não usuais

A Companhia não passou por eventos ou realizou operações não usuais que possam impactar suas demonstrações financeiras ou resultados.

10.4. Os diretores devem comentar:

As principais normas divulgadas pelo *International Accounting Standard* – IASB e normatizadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, as quais tiveram vigência a partir de 01 de janeiro de 2019, são as seguintes:

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

A partir de 1º de janeiro de 2019, passaram a vigorar os novos pronunciamentos contábeis CPC 06 (R2) - Arrendamentos e a ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro. Na sequência, segue o detalhamento da aplicação das novas práticas contábeis no âmbito das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2019:

IFRS 16 (CPC 06 (R2) – Arrendamentos

O IASB emitiu a Norma IFRS 16 definindo os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação das operações de arrendamento mercantil. Chancelando as considerações deste *report*, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis promoveu a revisão do seu Pronunciamento Técnico CPC 06 (R1), que passou a contar com sua versão (R2), estando vigente a partir de 01 de janeiro de 2019. O princípio norteador desta nova normativa é o reconhecimento do ativo e passivo advindo do direito de uso e controle de um bem relacionado ao contrato de arrendamento.

A Companhia adotou, como forma de transição, o modelo com efeito cumulativo a partir da vigência do Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2), não rerepresentando as informações comparativas com o exercício anterior, entretanto, demonstra os saldos iniciais de abertura e os saldos finais do exercício de 2019, conforme disposição dos itens C5 a C7 do pronunciamento.

A Companhia concretizou ao longo do exercício o levantamento de todos os seus contratos de locações e *leasings* para analisar aqueles que se enquadrariam no escopo da nova norma contábil e que receberiam o tratamento de arrendamento mercantil.

ICPC 22/IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

A interpretação ICPC 22 trata de como aplicar os requisitos para reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando existem incertezas sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. Neste contexto, a Companhia deverá reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta interpretação.

Na avaliação da Administração da Companhia, não existiram impactos significativos em decorrência da interpretação, uma vez que todos os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de Tribunais Administrativos e Judiciais.

Novas normas e interpretações ainda sem impacto

Novas instruções e pronunciamentos passam a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2020, sendo que a Companhia não realizou sua adoção no âmbito das demonstrações financeiras aqui apresentadas e não planeja adotá-las de forma antecipada. Entretanto, realizou diagnóstico para identificar o reflexo desta

adoção nas suas demonstrações financeiras para o exercício de 2020, sendo abordados no estudo os seguintes instrumentos normativos:

Emendas do CPC 26 e CPC 23 – Definição de Materialidade

As emendas do CPC 26/IAS 1 e do CPC 23/IAS 8 esclarecem a definição de materialidade e alinham a definição usada na estrutura conceitual e nas demais normas contábeis. Estas emendas entrarão em vigência em 1º de janeiro de 2020. A Administração entende que estas emendas não trarão impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia.

IFRS 17 – Contratos de Seguros

Esta norma entrará em vigência a partir de 1º de janeiro de 2021 e substituirá o CPC 11 – Contratos de Seguro, que mantém requisitos das regras locais vigentes. O objetivo deste IFRS é fornecer um modelo global e abrangente para a contabilidade dos contratos de seguro, fornecendo informações relevantes sobre a essência destes contratos nas demonstrações financeiras das companhias, estando em linha com a padronização internacional das normas contábeis. A Administração entende que a adoção desta norma não trará impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Os efeitos nas contas patrimoniais de resultado sobre a adoção dos novos pronunciamentos contábeis estão demonstrados nas tabelas que seguem:

IFRS 16 (CPC 06 (R2) – Arrendamentos

Os impactos nas contas patrimoniais da Companhia originados pela adoção da norma IFRS 16 / CPC 06 (R2) constam na tabela seguinte:

Norma	CPC 06 (R1)		IFRS 13 / CPC 06 (R2)		
	Saldo em 31/12/2018	Saldo 31/12/2019	Adoção em 01/01/2019	Movimentação em 2019	Saldo em 31/12/2019
Reflexo no Balanço Patrimonial					
Ativo					
Ativo de Direito de Uso	-	-	57.996	(12.110)	45.886
Passivo					
Arrendamentos a pagar	-	-	57.996	(11.449)	46.547

Neste contexto, os reflexos de adoção da norma no resultado de 2019 estão demonstrados na tabela que segue:

Norma	CPC 06 (R1)		IFRS 13 / CPC 06 (R2)	
	Saldo em 31/12/2018	Saldo 31/12/2019	Impactos da Adoção	Saldo em 31/12/2019
Reflexo no Resultado				
Despesas Operacionais				
Despesas de Locações	14.396	16.672	(16.090)	582
Despesas de Depreciação e Amortização	103.505	125.005	-	125.005
Depreciação do Direito de Uso	-	-	12.110	12.110
Impactos no EBITDA	117.901	141.677	(3.980)	137.697
Despesas Financeiras				
Encargos Arrendamentos IFRS 16 / CPC 06 (R2)	-	-	4.641	4.641
Impacto no Resultado Líquido	117.901	141.677	661	142.339

ICPC 22/IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Na avaliação da Administração da Companhia, não existiram impactos significativos em decorrência da interpretação, uma vez que todos os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de Tribunais Administrativos e Judiciais.

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**Exercício de 2019**

O Relatório dos Auditores Independentes emitido sobre as Demonstrações Financeiras da CEEE D para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 não inclui ressalvas quanto às práticas adotadas, porém, coloca somente parágrafo de incerteza relevante conforme descrito abaixo:

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota 1.3 às Demonstrações Financeiras, que descreve que a Companhia tem apurado sucessivos prejuízos e apresentou passivo a descoberto e excesso de passivos sobre ativos circulantes no encerramento do exercício, nos montantes de R\$ 3.690.282 e R\$ 3.160.795 mil, respectivamente. Essa situação indica a existência de incerteza relevante a qual pode levantar dúvidas sobre sua continuidade operacional. Essa mesma NE trata também da desestatização da Companhia. Em 04 de julho de 2019, foi aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, o Projeto de Lei nº 263/2019, que autorizou o Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul a promover medidas de desestatização da Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE-PAR, da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT e da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D.

No contexto de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal, sobre o qual o Estado do Rio Grande do Sul busca reorganizar-se financeiramente, a alienação de ativos e participações ao lado de outras medidas, busca a ampliação de receitas e são condicionantes para o acordo com a União, nos termos do art.2º, § 1º, da Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017.

A proposta de desestatização, no caso da CEEE –D, também está vinculada ao risco da perda de Concessão, já que no 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão firmado pelo Estado do Rio Grande do Sul junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, trouxe como condicionante para a renovação, dentre outros, o indicador de sustentabilidade econômico-financeira. Havendo dificuldade por parte da Companhia em honrar estes condicionantes e impossibilidade por parte do Governo do Estado do Rio Grande do Sul em aportar recursos, pode ser utilizado o instituto disposto na cláusula décima segunda, subcláusula oitava do 4º Termo Aditivo em questão, o qual dispõe sobre a possibilidade de apresentação de um Plano de Transferência de Controle Societário. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

Outros Assuntos - demonstração do valor adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das Demonstrações Financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 –

Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma Contábil e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Exercício de 2018

O Relatório dos Auditores Independentes emitido sobre as Demonstrações Financeiras da CEEE D para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 não inclui ressalvas quanto às práticas adotadas, somente parágrafo de incerteza relevante conforme descrito abaixo:

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota 1.4 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia tem apurado sucessivos prejuízos e apresentou passivo a descoberto e excesso de passivos sobre ativos circulantes no encerramento do exercício, nos montantes de R\$ 2.352.441 mil e R\$ 1.872.025 mil, respectivamente. Essa situação, entre outras descritas na Nota 1.4, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre sua continuidade operacional. O plano da administração para tratar essas condições está divulgado na Nota 1.3. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros Assuntos - demonstração do valor adicionado

A Demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executado sem conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Exercício de 2017

O Relatório dos Auditores Independentes emitido sobre as Demonstrações Financeiras da CEEE D para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 não inclui ressalvas quanto às práticas adotadas, somente parágrafo de incerteza relevante conforme descrito abaixo:

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota 1.4 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia tem apurado sucessivos prejuízos e apresentou passivo a descoberto e excesso de passivos sobre ativos circulantes no encerramento do exercício, nos montantes de R\$ 1.240.479 mil e R\$ 1.012.089 mil, respectivamente. Essa situação, entre outras descritas na Nota 1.4, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre sua continuidade operacional. O plano da administração para tratar essas condições está divulgado na Nota 1.3. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros Assuntos - demonstração do valor adicionado

A Demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executado sem conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento

Técnico CPC 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros:

Na aplicação das políticas contábeis, a Administração da Companhia deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações nas notas explicativas, na data base das demonstrações financeiras, para os quais não são facilmente obtidos através de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

Ainda que estas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela Administração da Companhia, a materialização sobre o valor contábil de receitas, despesas, ativos e passivos é inerentemente incerta, por decorrer do uso de julgamento.

A seguir, são apresentadas as principais premissas das estimativas contábeis avaliadas como as mais críticas pela Administração da Companhia, a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza utilizadas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos nos próximos períodos:

Ativo e Passivo financeiro setorial

A partir da adoção das normas IFRS, as variações entre os valores recebidos nas tarifas e os valores efetivamente desembolsados pela Companhia (anteriormente denominados ativos e passivos regulatórios) deixaram de ser diferidos e passaram a ser contabilizados no resultado o que, na opinião dos Diretores, gera volatilidade nos resultados da Companhia. A partir de 31 de dezembro de 2014 a Companhia passou a registrar os ativos e passivos financeiros setoriais em suas demonstrações contábeis societárias com base na OCPC 08, que tornou obrigatório o reconhecimento prospectivo de determinados ativos ou passivos financeiros setoriais pelas distribuidoras de energia elétrica. Com o advento do aditivo dos contratos de concessão (no caso da Companhia, foi assinado o Terceiro Aditivo ao Contrato de Concessão em 10 de dezembro de 2014) o CPC entende não mais haver incerteza significativa que seja impeditiva para o reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais como valores efetivamente a receber ou a pagar. O reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais tem a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado em função da diferença entre os itens não gerenciáveis, denominados de “Parcela A” ou outros componentes financeiros, e os efetivamente contemplados na tarifa, a cada reajuste/revisão tarifária. Os diretores da Companhia entendem que o reconhecimento destes ativos e passivos financeiros setoriais está adequado aos negócios da Companhia.

Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base na vida útil regulatória dos bens, estabelecida pela ANEEL. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa adequada de vida útil dos bens.

Vida útil do ativo intangível

O ativo intangível da concessão, que representa o direito de cobrar os consumidores pelos investimentos realizados na infraestrutura da concessão, são amortizados de forma linear pelo prazo correspondente ao ativo que gerou o direito (vida útil regulatória dos ativos estabelecida pela ANEEL) ou pelo prazo do contrato de concessão, dos dois, o menor.

As taxas de depreciação regulatória dos principais bens à serviço da concessão são as seguintes:

<u>Taxas de depreciação dos itens mais relevantes do Ativo Não-Circulante</u>	<u>Taxa anual</u>
Condutor (Tensão > 69kv)	2,70%
Condutor (Tensão < 69kv)	3,57%
Edificação	3,33%
Equipamento Geral	6,25%
Estrutura (Poste)	3,57%
Estrutura (Torre)	2,70%
Medidor	7,69%
Transformador Distribuição	4,00%
Transformador de Força	2,86%
Veículos	14,29%

Os demais ativos intangíveis, basicamente softwares e direitos dessa natureza, são amortizados com base na vida útil regulatória estabelecida pela ANEEL para estes ativos. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa adequada de vida útil dos intangíveis.

Transações e venda de energia elétrica na CCEE

A Companhia registra as compras e vendas efetuadas através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE de acordo com as informações disponibilizadas pela própria entidade. Nos meses em que as informações não são disponibilizadas em tempo hábil a Companhia estima o valor utilizando-se de parâmetros disponíveis no mercado.

Provisões para Perda de Créditos Estimados com Liquidação Duvidosa

A Companhia registra provisão de perda estimada sobre seus saldos de contas a receber. Esta estimativa é construída a partir de análise histórica sobre a inadimplência dos últimos 24 meses, com o objetivo de avaliar possíveis alterações significativas no risco de crédito para todas as carteiras de ativos contratuais. Desta forma, a Administração considera que as perdas estão registradas por valor suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos.

Passivos contingentes

As provisões para passivos contingentes, quando aplicável, são constituídas para os riscos com expectativa de perda provável, com base na avaliação da Administração e dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia. Os valores provisionados são registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos das referidas contingências. Riscos contingentes com expectativa de perda possível são divulgados pela Administração, não sendo constituída provisão. Essa avaliação é suportada pelo julgamento da Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da Administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

Planos de aposentadoria e benefícios pós-emprego

As obrigações atuariais registradas são determinadas por cálculos atuariais elaborados por atuários independentes com base na expectativa de vida do participante, idade média de aposentadoria e inflação. Contudo, os resultados reais futuros dos benefícios podem ser diferentes daqueles existentes e registrados contabilmente.

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

Periodicamente a Companhia revisa as estimativas de lucro tributável, base para a análise de realização de ativos fiscais diferidos líquidos, considerando um estudo técnico de viabilidade. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela Administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido.

Ativo Financeiro da Concessão

O ativo financeiro representa a parcela estimada dos investimentos realizados que não serão amortizados até o final da concessão, ou seja, não serão recuperados via tarifa durante o período da concessão. Sobre esse ativo a Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público.

A Companhia avalia o ativo financeiro da concessão pelo valor justo por meio do resultado (as variações ocorridas transitam no resultado), de acordo com o CPC 48 – instrumentos Financeiros, considerando o modelo de negócios da Companhia e as características do fluxo de caixa da indenização, pois este é suscetível a variações decorrentes de mudanças no ambiente regulatório e tem sua estimativa baseada no valor novo de reposição - VNR depreciado da Base de Remuneração Regulatória - BRR, que é revisada a cada 05 anos, dentro dos processos de Revisão Tarifária da Distribuidora. Nos períodos entre as Revisões Tarifárias, a Administração atualiza o ativo financeiro da concessão pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, de acordo com o definido na regulamentação para atualização da Base de Remuneração.

Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo

A Administração da Companhia utiliza como referência os preços de fechamento apurados na data de apresentação das Demonstrações Financeiras. A Administração da Companhia entende que os métodos utilizados são adequados para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

Receita de Fornecimento e uso da rede não faturada

A receita de venda inclui somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela entidade. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização. Neste sentido, a Companhia aplica sobre os valores de fornecimento não faturado um percentual estimado de perdas, construído através de uma matriz de perdas, que demonstra o histórico de inadimplência das contas a receber nos últimos 24 meses, isso para adequar às exigências das normativas IFRS 15 / CPC 47. A estimativa da receita não faturada (os serviços prestados entre a data da leitura e o encerramento de cada mês) é efetuada mensalmente com a finalidade de adequar o faturamento ao período de competência. A Administração entende que a forma como a Companhia reconhece sua receita está de acordo com as práticas contábeis e é adequada aos seus negócios.

10.6. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando

- a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:**
 - i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**
 - ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**
 - iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**
 - iv. contratos de construção não terminada**
 - v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

A Companhia não possui itens relevantes que não tenham sido evidenciados nas suas demonstrações financeiras.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Companhia não possui ativos ou passivos materiais que não estejam nas demonstrações financeiras e suas notas explicativas.

10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**
- b. natureza e o propósito da operação**
- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Conforme relatado no item 10.6, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras e suas notas explicativas.

10.8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos:

Em 2019, o valor total investido no conceito caixa (valor desembolsado), em Redes de Distribuição de Baixa Tensão, Média Tensão e Alta Tensão foi de R\$ 169,1 milhões. Para 2020, o valor do investimento projetado é de R\$200,3 milhões.

Para o Sistema de Distribuição em Alta Tensão, em 2019, foram concluídas as construções ou reisolamentos de 08 (oito) Linhas de Transmissão, estando em andamento mais 05 (cinco) novas obras em construção ou recondutoramento. No Quadro 01 são apresentadas essas principais obras do Sistema de Distribuição em Alta Tensão:

Quadro 01

Capacidade de Transmissão Expandida - Linhas de Transmissão			
Linha Transmissão - Trecho	Extensão (km)	Discriminação	Situação
LT 138kV QUINTA X PELOTAS 1	39,6	Reisolamento	Concluída em 2019
LT 69kV VALVORADA 2	3,77	Construção	Concluída em 2019
LT 69kV PORTO ALEGRE 12 X PORTO ALEGRE 5	3,6	Construção	Concluída em 2019
LT 69kV PORTO ALEGRE 14 X PORTO ALEGRE 15	6,97	Construção	Concluída em 2019
LT INTEGRAÇÃO VIAMÃO 3	0,86	Construção	Concluída em 2019
LT 69kV INTEGRAÇÃO RESTINGA	0,34	Construção	Concluída em 2019
LT 69kV PAL20 - FRAPORT	3,75	Construção	Concluída em 2019
LT 69kV PAL6 – UFRGS2	0,85	Construção	Concluída em 2019
LT 69kV VIAMÃO 1 X ÁGUAS CLARAS	22,13	Construção	Em andamento
LT 69kV CHARQUEADAS 2 X AREAL	30	Construção	Em andamento
LT 69kV RAMAL TORRES 2	5,5	Construção	Em andamento
LT 138 kV RAMAL SALSO	0,2	Construção	Em andamento
LT 69kV CAMAQUÃ 3 x CAMAQUÃ 1	1,55	Recondutoramento	Em andamento
Total	119,12	Extensão em quilômetros	

Também, para esse mesmo período, a expansão em subestações de distribuição foi de 288,5 MVA (Mega Volt Ampères) com a construção e energização de 03 (três) novas subestações. Ainda, está em andamento a construção e/ou a ampliação de outras 09 (nove) subestações. No Quadro 02 são apresentadas essas principais obras:

Quadro 02

Capacidade de Transmissão Expandida - Subestações			
Subestação	Potência Adicional (MVA)	Obra	Situação
SE PORTO ALEGRE 15	50	Construção	Concluída em 2019
SE ALVORADA 2	50	Construção	Concluída em 2019
SE FRAPORT**	25	Construção	Concluída em 2019
SE UFRGS2***	0	Construção	Concluída em 2019
SE PELOTAS 1*	62,5	Ampliação	Em andamento
SE PORTO ALEGRE 20 (AEROPORTO)	50	Construção	Em andamento
SE OSÓRIO 1	15	Ampliação	Em andamento
SE PORTO ALEGRE 16	50	Ampliação	Em andamento
SE 138kV SALSO	12,5	Construção	Em andamento
SE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA	15	Ampliação	Em andamento
SE PINHAL	16	Ampliação	Em andamento
SE GUAÍBA 1	15	Ampliação	Em andamento
SE SÃO LOURENÇO	15	Ampliação	Em andamento
Total	288,5	Potência em Mega Volt Ampere	

*A potência mencionada para essa subestação refere-se à melhoria gerada pelo incremento na instalação de novos transformadores, porém, devido à desativação de transformadores existentes, não houve aumento de potência de transformação, portanto não foram consideradas na somatória apresentada

** A potência mencionada para esta subestação refere-se à melhoria gerada e a disponibilidade de carga a um cliente particular. O setor de Alta Tensão 69kV é operado e mantido pela CEEE-D.

*** Trata-se somente do setor de Alta Tensão em 69kV operado e mantido pela CEEE-D.

ii. fontes de financiamento dos investimentos:

Além das obras em andamento, os quais se baseiam com recursos próprios, a Companhia conta com dois importantes financiamentos contratados com instituições de fomento internacionais que, juntos, totalizam US\$ 218 milhões. Com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), onde o contrato soma US\$ 130,56 milhões e, junto à Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), no montante de US\$ 87,46 milhões, destinado a financiar a totalidade da contrapartida ao BID.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos:

Não há desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor:

Não houve aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

c. novos produtos e serviços, indicando:

Não houve investimentos em novos produtos e serviços.

10.9 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

2 - DESTINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31/12/2019

(cfe. anexo 9-1-ii da instrução cvm nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada)

A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D encerrou o exercício de 2019 com prejuízo de R\$ 1.082.512 bilhões não apresentando resultados a destinar aos seus acionistas.

3 - ELEGER CONSELHEIROS FISCAIS TITULARES E SUPLENTES

(cfe. art. 10 da instrução cvm nº 481, de 17 de dezembro de 2009)

Apresentamos abaixo o nome dos Conselheiros Fiscais indicados para os cargos, bem como seus dados pessoais:

a. nome	Paulo Roberto Dias Pereira
b. Data Nascimento	22/07/1969
c. profissão	Bacharel em História
d. CPF ou Passaporte	474.895.700-00
e. cargo eletivo ocupado	Conselheiro Fiscal Titular
f. data de eleição	30/04/2020
g. data da posse	30/04/2020
h. prazo do mandato	1 ano
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não
j. foi eleito pelo controlador	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não
l. nº de mandatos consecutivos	2
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
* nome e setor de atividade da empresa	
* cargo	
* se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não há
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não há
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	não há
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	não há
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	não há

a. nome	Micheli Tassiani Petry
b. Data Nascimento	15/12/1983
c. profissão	Advogada
d. CPF ou Passaporte	008.550.280-41
e. cargo eletivo ocupado	Conselheira Fiscal Titular
f. data de eleição	30/04/2020
g. data da posse	30/04/2020
h. prazo do mandato	1 ano
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não
j. foi eleito pelo controlador	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não
l. nº de mandatos consecutivos	2
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
* nome e setor de atividade da empresa	
* cargo	
* se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não há
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não há
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	não há
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	não há
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	não há

a. nome	Paulo Ricardo Brito Morales
b. Data Nascimento	23/02/1959
c. profissão	Engenheiro Civil
d. CPF ou Passaporte	301.443.700-00
e. cargo eletivo ocupado	Conselheiro Fiscal Titular
f. data de eleição	30/04/2020
g. data da posse	30/04/2020
h. prazo do mandato	1 ano
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não
j. foi eleito pelo controlador	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não
l. nº de mandatos consecutivos	2
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
* nome e setor de atividade da empresa	
* cargo	
* se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não há
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não há
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	não há
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	não há
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	não há

a. nome	Pablo Saint Just Lopes
b. Data Nascimento	30/05/1977
c. profissão	Economista
d. CPF ou Passaporte	025.797.167-00
e. cargo eletivo ocupado	Conselheiro Fiscal Titular
f. data de eleição	30/04/2020
g. data da posse	30/04/2020
h. prazo do mandato	1 ano
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não
j. foi eleito pelo controlador	Não
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não
l. nº de mandatos consecutivos	2
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
* nome e setor de atividade da empresa	Exerceu o cargo de gerente de Divisão na Eletrobras de 2011 a 2016 Exerceu o cargo de Gerente de Departamento na Eletrobras de 2016 a 2017 Exerceu o cargo de Assessor da Diretoria na Eletrobras de 2017 a 2019 Exerce o cargo de Auditor Geral na Eletrobras
* cargo	
* se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não há
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não há
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	não há
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	não há
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	não há

a. nome	Leandro Jacques de Castro
b. Data Nascimento	07/04/1973
c. profissão	Administrador
d. CPF ou Passaporte	730.011.390-72
e. cargo eletivo ocupado	Conselheiro Fiscal Suplente
f. data de eleição	30/04/2020
g. data da posse	30/04/2020
h. prazo do mandato	1 ano
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não
j. foi eleito pelo controlador	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não
l. nº de mandatos consecutivos	2
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
* nome e setor de atividade da empresa	
* cargo	
* se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não há
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não há
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	não há
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	não há
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	não há

a. nome	Luiz Alberto Meirelles Beleiro Barreiro Júnior
b. Data Nascimento	01/03/1977
c. profissão	Administrador de Empresas
d. CPF ou Passaporte	073-394-277-67
e. cargo eletivo ocupado	Conselheiro Fiscal Suplente
f. data de eleição	30/04/2020
g. data da posse	30/04/2020
h. prazo do mandato	1 ano
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não
j. foi eleito pelo controlador	Não
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não
l. nº de mandatos consecutivos	3
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
* nome e setor de atividade da empresa	
* cargo	Exerceu o cargo de Gerente de Divisão na Eletrobras de 2010 a 2016. Exerce o cargo de Gerente de Departamento na Eletrobras
* se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	não há
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	não há
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	não há

12.6 Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

Conselho de Administração - CA	Total de Reuniões realizadas pelo CF no último exercício	% de participação do conselheiro nas reuniões, após a posse
<u>Titulares</u>		
Vera Inêz Salgueiro Lermen	27	100%
Urbano Schmitt		37,04%
Everton Santos Oltramari		100%
Daniel Vargas de Farias		25,93%
Dimas Natal Filho		100%
Maria Emília Gregório Tarquini		37,04%
Marco da Camino Ancona Lopez Soligo		62,96%
Rodrigo Madeira Henrique de Araújo		62,96%

Conselho Fiscal - CF	Total de Reuniões realizadas pelo CF no último exercício	% de participação do conselheiro nas reuniões, após a posse	
<u>Titulares</u>			
Cristiane Zinelle Ferreira Lohmann	12	33,33%	
Adriana Furlanetto - Presidente		41,66%	
Melissa Guagnini Hoffmann Custódio		41,66%	
Carlos Cezar Modernel Lenuzza		41,66%	
Paulo Ricardo Brito Morales		58,33%	
Micheli Tassiani Petry		58,33%	
Leany Barreiro de Souza Lemos		58,33%	
Paulo Roberto Dias Pereira		58,33%	
Pablo Saint Just Lopes		58,33%	
<u>Suplentes</u>			
Leandro Jacques de Castro		0%	
Denise da Cunha D'Angelo Palacio Requejo		0%	
Luis Alberto Meirelles Beleiro Barreiro Junior	0%		
Leandro Sonne	33,33%		
Tatiana Souza Ferrari	0%		
Paulo Roberto Dias Pereira	0%		

12.7/8 Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo:

Apresentamos abaixo o nome dos membros titulares e suplentes do Comitê de Auditoria Estatutário, bem como seus dados pessoais:

a. nome	Hélio Levi da Silva
b. CPF	106.464.930-00
c. Data Nascimento	24/07/1948
d. profissão	Contador
e. tipo de comitê	Comitê de Auditoria
f. descrição de outras atividades	não há
g. tipo de comitê de auditoria	Estatutário aderente a ICVM nº 308/99
h. cargo ocupado	membro do comitê efetivo
i. descrição de outros cargos ocupados	não há
j. data eleição	08/04/2019
k. data de posse	10/04/2019
l. prazo do mandato	3 anos
m. nº de mandatos consecutivos	1
n. percentual (%) de participação nas reuniões	100%
o. outros cargos/função exercidas no emissor	não há
p. experiência profissional / declaração de eventuais condenações / critérios de independência	Sócio da Levi Auditores s/s, hoje Levi Serviços Contábeis e Perícias s/s - 1991 a 2019; Chefe de Gabinete da Presidência da TRENSURB - fevereiro de 2017 a dezembro de 2017; Sócio da SAWERYN & Associados S/S Auditores Independentes - 2012 a 2014; Conselheiro Suplente do Conselho Fiscal da CEEE - 2007 a 2011; Conselheiro do Conselho Fiscal da CRM - 2007 a 2011; Não houve qualquer tipo de condenação.
q. tipo de condenação	não há
r. descrição da condenação	não houve qualquer tipo de condenação

a. nome	Luiz Jose Nogueira Lima
b. CPF	105.11.855-87
c. Data Nascimento	19/10/1954
d. profissão	Administrador
e. tipo de comitê	Comitê de Auditoria
f. descrição de outras atividades	não há
g. tipo de comitê de auditoria	Estatutário aderente a ICVM nº 308/99
h. cargo ocupado	membro do comitê efetivo
i. descrição de outros cargos ocupados	não há
j. data eleição	08/04/2019
k. data de posse	10/04/2019
l. prazo do mandato	3 anos
m. nº de mandatos consecutivos	1
n. percentual (%) de participação nas reuniões	100%
o. outros cargos/função exercidas no emissor	não há
p. experiência profissional / declaração de eventuais condenações / critérios de independência	Atual Membro do Comitê de Auditoria da CORSAN desde 2018; Gerente Financeiro, Administrativos e Recursos Humanos do Grupo GEBOMSA S.A - 2015 a 2017; Diretor de Controladoria e Vice-Presidente do Grupo AMPER S.A - 2002 a 2012; Não houve qualquer tipo de condenação.
q. tipo de condenação	não há
r. descrição da condenação	não houve qualquer tipo de condenação

a. nome	Marco Antonio Mayer Foletto
b. CPF	480.083.380-91
c. Data Nascimento	24/03/1970
d. profissão	Contador
e. tipo de comitê	Comitê de Auditoria
f. descrição de outras atividades	não há
g. tipo de comitê de auditoria	Estatutário aderente a ICVM nº 308/99
h. cargo ocupado	membro do comitê efetivo
i. descrição de outros cargos ocupados	não há
j. data eleição	08/04/2019
k. data de posse	10/04/2019
l. prazo do mandato	3 anos
m. nº de mandatos consecutivos	1
n. percentual (%) de participação nas reuniões	100%
o. outros cargos/função exercidas no emissor	não há
p. experiência profissional / declaração de eventuais condenações / critérios de independência	<p>Atual Presidente do Conselho de Administração da TRANSPETRO desde 2018 com mandato até 2020;</p> <p>Atual Membro do Comitê de Auditoria Estatutário da CORSAN desde 2018 com mandato até 2021;</p> <p>Membro do Comitê de Auditoria Estatutário do Hospital de Clínicas de Porto Alegre - janeiro de 2019 a dezembro de 2019;</p> <p>Conselheiro Independente do Conselho de Administração do BANRISUL - 2018 a 2019;</p> <p>Diretor Financeiro Interino da SUPERBAC BIOTECH - 2016 a 2017;</p> <p>Conselheiro Fiscal Independente da INDG Falconi - 2015 a 2017;</p> <p>Diretor de Auditoria da Companhia Siderúrgica Nacional - 2015 a 2016.</p> <p>Não houve qualquer tipo de condenação.</p>
q. tipo de condenação	não há
r. descrição da condenação	não houve qualquer tipo de condenação

a. nome	Mauricio Augusto Souza Lopes
b. CPF	106.159.278-23
c. Data Nascimento	26/02/1968
d. profissão	Contador
e. tipo de comitê	Comitê de Auditoria
f. descrição de outras atividades	não há
g. tipo de comitê de auditoria	Estatutário aderente a ICVM nº 308/99
h. cargo ocupado	membro do comitê efetivo
i. descrição de outros cargos ocupados	não há
j. data eleição	08/04/2019
k. data de posse	10/04/2019
l. prazo do mandato	3 anos
m. nº de mandatos consecutivos	1
n. percentual (%) de participação nas reuniões	100%
o. outros cargos/função exercidas no emissor	não há
p. experiência profissional / declaração de eventuais condenações / critérios de independência	Membro e Presidente de Auditoria do Instituto dos Auditores Internos do Brasil - 2012 a 2016; Membro do Comitê de Auditoria da Fundação de Previdência Privada CESP - 2007 a 2016; Conselheiro do Conselho Fiscal da Fundação de Energia e Saneamento - 2007 a 2008; Não houve qualquer tipo de condenação.
q. tipo de condenação	não há
r. descrição da condenação	não houve qualquer tipo de condenação

a. nome	Tiago Rego De Lima
b. CPF	923.056.360-91
c. Data Nascimento	13/03/1977
d. profissão	Contador
e. tipo de comitê	Comitê de Auditoria
f. descrição de outras atividades	não há
g. tipo de comitê de auditoria	Estatutário aderente a ICVM nº 308/99
h. cargo ocupado	membro do comitê efetivo
i. descrição de outros cargos ocupados	não há
j. data eleição	08/04/2019
k. data de posse	10/04/2019
l. prazo do mandato	3 anos
m. nº de mandatos consecutivos	1
n. percentual (%) de participação nas reuniões	100%
o. outros cargos/função exercidas no emissor	não há
p. experiência profissional / declaração de eventuais condenações / critérios de independência	<p>Atual Diretor de Auditoria e de Operações - Assessoria Técnica em Alimentação Coletiva desde 2016;</p> <p>Atual Sócio e Consultor Empresarial - Núcleo Reestruturação e Performance desde 2018;</p> <p>Coordenador de Auditoria Interna e Prevenção de Perdas - Grupo DIMED - 2015 a 2016;</p> <p>Gerente de Processos e Controles - C&A Modas - 2013 a 2014;</p> <p>Coordenador de Auditoria - Forjas TAURUS - 2010 a 2013;</p> <p>Coordenador de Projetos de Auditoria - Lojas RENNERT - 2003 a 2010;</p> <p>Não houve qualquer tipo de condenação.</p>
q. tipo de condenação	não há
r. descrição da condenação	não houve qualquer tipo de condenação

a. nome	Allan Machado Kovalski
b. CPF	923.951.120-20
c. Data Nascimento	08/07/1978
d. profissão	Tecnólogo em Processos Gerenciais
e. tipo de comitê	Comitê de Auditoria
f. descrição de outras atividades	não há
g. tipo de comitê de auditoria	Estatutário aderente a ICVM nº 308/99
h. cargo ocupado	membro do comitê suplente
i. descrição de outros cargos ocupados	não há
j. data eleição	08/04/2019
k. data de posse	10/04/2019
l. prazo do mandato	3 anos
m. nº de mandatos consecutivos	1
n. percentual (%) de participação nas reuniões	0%
o. outros cargos/função exercidas no emissor	não há
p. experiência profissional / declaração de eventuais condenações / critérios de independência	Atual Superintendente de Controles Internos e Gestão de Riscos e Compliance da CORSAN – desde 2016; Superintendente de Relacionamento com Cliente da CORSAN - 2012 a 2016; Chefe do Departamento de Gestão de Canais de Relacionamento da CORSAN - 2010 a 2012; Não houve qualquer tipo de condenação.
q. tipo de condenação	não há
r. descrição da condenação	não houve qualquer tipo de condenação

a. nome	Jose Ivo Dos Santos Lóss
b. CPF	197.530.710-00
c. Data Nascimento	02/12/1955
d. profissão	Contador
e. tipo de comitê	Comitê de Auditoria
f. descrição de outras atividades	não há
g. tipo de comitê de auditoria	Estatutário aderente a ICVM nº 308/99
h. cargo ocupado	membro do comitê suplente
i. descrição de outros cargos ocupados	não há
j. data eleição	08/04/2019
k. data de posse	10/04/2019
l. prazo do mandato	3 anos
m. nº de mandatos consecutivos	1
n. percentual (%) de participação nas reuniões	0%
o. outros cargos/função exercidas no emissor	não há
p. experiência profissional / declaração de eventuais condenações / critérios de independência	Conselheiro do Conselho Fiscal Companhia Energética Do Rio Grande do Norte - COSERN - 2015 a 2016; Auditor Geral - Sauípe S.A - 2004 a 2015; Conselheiro do Conselho Fiscal Forjas Taurus S.A - 2010 a 2014; Conselheiro do Conselho Fiscal Suzano Bahia Sul Papel e Celulose S.A - 2005 a 2007; Não houve qualquer tipo de condenação.
q. tipo de condenação	não há
r. descrição da condenação	não houve qualquer tipo de condenação

a. nome	Jose Salvador Ramos De Oliveira
b. CPF	294.163.020-15
c. Data Nascimento	22/03/1960
d. profissão	Contador
e. tipo de comitê	Comitê de Auditoria
f. descrição de outras atividades	não há
g. tipo de comitê de auditoria	Estatutário aderente a ICVM nº 308/99
h. cargo ocupado	membro do comitê suplente
i. descrição de outros cargos ocupados	não há
j. data eleição	08/04/2019
k. data de posse	10/04/2019
l. prazo do mandato	3 anos
m. nº de mandatos consecutivos	1
n. percentual (%) de participação nas reuniões	0%
o. outros cargos/função exercidas no emissor	não há
p. experiência profissional / declaração de eventuais condenações / critérios de independência	Atual Sócio - OFC Assessoria Empresarial LTDA desde 2010; Sócio - Sfredo Auditoria e Consultoria S/S - 2009 - 2010; Gerente Sênior Tributário - Ernst & Young Serviços Tributários S/S - 1998 a 2009; Não houve qualquer tipo de condenação.
q. tipo de condenação	não há
r. descrição da condenação	não houve qualquer tipo de condenação

a. nome	Antonio Edson Maciel Dos Santos
b. CPF	112.567.138-64
c. Data Nascimento	23/10/1971
d. profissão	Administrador
e. tipo de comitê	Comitê de Auditoria
f. descrição de outras atividades	não há
g. tipo de comitê de auditoria	Estatutário aderente a ICVM nº 308/99
h. cargo ocupado	membro do comitê suplente
i. descrição de outros cargos ocupados	não há
j. data eleição	08/04/2019
k. data de posse	10/04/2019
l. prazo do mandato	3 anos
m. nº de mandatos consecutivos	1
n. percentual (%) de participação nas reuniões	0%
o. outros cargos/função exercidas no emissor	não há
p. experiência profissional / declaração de eventuais condenações / critérios de independência	Diretor de Auditoria Interna e Gestão de Riscos - LIQ CORP S.A / SP - 2014 a 2018; Diretor de Gestão de Riscos e Controles Internos e Diretor de Auditoria Interna - WALMART Brasil LTDA - RS e SP - 2005 a 2013; Gerente de Divisão de Auditoria Interna e Gestão de Riscos - SONAE Distribuição Brasil S.A / RS - 1995 a 2005; Não houve qualquer tipo de condenação.
q. tipo de condenação	não há
r. descrição da condenação	não houve qualquer tipo de condenação

a. nome	Silverio Miranda Neto
b. CPF	212.110.940-49
c. Data Nascimento	11/05/1958
d. profissão	Administrador
e. tipo de comitê	Comitê de Auditoria
f. descrição de outras atividades	não há
g. tipo de comitê de auditoria	Estatutário aderente a ICVM nº 308/99
h. cargo ocupado	membro do comitê suplente
i. descrição de outros cargos ocupados	não há
j. data eleição	08/04/2019
k. data de posse	10/04/2019
l. prazo do mandato	3 anos
m. nº de mandatos consecutivos	1
n. percentual (%) de participação nas reuniões	0%
o. outros cargos/função exercidas no emissor	não há
p. experiência profissional / declaração de eventuais condenações / critérios de independência	Atual Consultor/Auditor junto ao Setor Público desde 2017; Auditor Público Externo do TCE/RS de 1991 a 2016; Assessor da Comissão de Finanças AL/RS (PPA e LDO 2016); Conselheiro do Conselho de Administração da CORSAN 2015/2018; Não houve qualquer tipo de condenação.
q. tipo de condenação	não há
r. descrição da condenação	não houve qualquer tipo de condenação

12.9 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- a. administradores do emissor**
- b. administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor**
- c. administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor**
- d. administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor**

Não existe relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau entre as partes informadas acima.

12.10 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social**
- b. controlador direto ou indireto do emissor**
- c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas**

A estrutura organizacional do Grupo CEEE é composta por uma Holding não operacional (CEEE PAR).

A CEEE-D possui em seus órgãos de gestão (Diretoria e Conselho de Administração) e Conselho Fiscal representantes dos acionistas CEEE-PAR e Eletrobras.